



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PROFIAP**

**Francisco Helder Alves Praxedes Júnior**

**VULNERABILIDADE SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE**  
**ESPORTE E LAZER NO OESTE POTIGUAR**

Mossoró/RN

2019

**Francisco Helder Alves Praxedes Júnior**

**VULNERABILIDADE SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE  
ESPORTE E LAZER NO OESTE POTIGUAR**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Magalhães  
Silva - UFERSA

Mossoró-RN

2019

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei n° 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei n° 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

P919v Praxedes Júnior, Francisco Helder Alves.  
Vulnerabilidade Social e Políticas Públicas de  
Esporte e Lazer no Oeste Potiguar / Francisco  
Helder Alves Praxedes Júnior. - 2019.  
91 f. : il.

Orientador: Ângelo Magalhães Silva.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal  
Rural do Semi-árido, Programa de Pós-graduação em  
Mestrado Profissional em Administração Pública,  
2019.

1. Vulnerabilidade Social. 2. Políticas  
Públicas . 3. Esporte e Lazer. I. Silva, Ângelo  
Magalhães, orient. II. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

Francisco Helder Alves Praxedes Júnior


**VULNERABILIDADE SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE  
ESPORTE E LAZER NO OESTE POTIGUAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública - PROFIAP da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

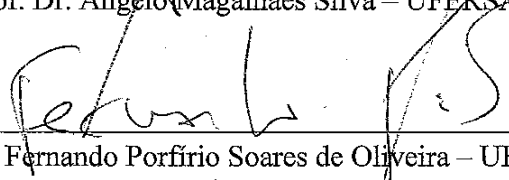
Linha de Pesquisa: Ciências Sociais Aplicadas e Administração Pública

Mossoró, 18 de fevereiro de 2019

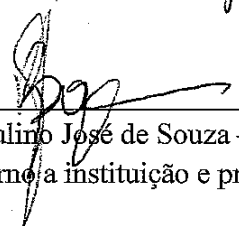
---



Prof. Dr. Ângelo Magalhães Silva – UFRSA



Prof. Dr. Fernando Porfírio Soares de Oliveira – UFRSA



Prof. Dr. Bertulino José de Souza – UERN  
(Membro externo à instituição e programa)

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire

## AGRADECIMENTOS

Durante todo o percurso de construção desse trabalho, muitas foram as pessoas que colaboraram de alguma forma para o seu desenvolvimento. Nada mais justo que se reconheçam todas as contribuições e ajuda nessa caminhada.

Quero agradecer principalmente aos meus pais, Sayonara e Helder, que nunca mediram esforços para me garantir uma educação de qualidade e acesso ao meu desenvolvimento pessoal e social, tenho certeza que busquei ao máximo retribuir todo o apoio dado durante a minha vida.

Quero agradecer também aos meus irmãos, Pedro e Érika, especialmente a esta, por desempenhar um papel fundamental na elaboração desse estudo, tirando dúvidas e partilhando os momentos de tensão dessa vida de mestrando. Agradeço também a toda a minha família, que não são só os parentes, mas todos que se preocupam comigo e que torcem por mim.

Agradeço a minha namorada Anna Luisa, por estar sempre disposta a me ajudar em tudo que preciso, que mesmo com a distância e dificuldades do dia a dia, sempre se mostrou compreensiva. Por todo o amor e dedicação.

Agradeço ao amigo e orientador Ângelo Magalhães, pela parceria e disponibilidade que teve durante toda a orientação, tenho certeza que não poderia ter escolhido melhor orientador. Agradeço também ao professor Bertulino José e a professora Jacimara Villar, que compõem a minha banca de mestrado, além dos professores do programa de mestrado em Administração Pública que foram de fundamental importância para a minha formação.

Agradeço a minha turma de mestrado e aos meus colegas de trabalho da UFERSA por dividirem comigo todos os dias as alegrias e as dificuldades do serviço público e que entendem o desafio de trabalhar e fazer uma pós-graduação concomitantemente. Enfim, agradeço a todos os amigos, colegas, conhecidos e mesmo as pessoas que não conheço, mas que tiveram responsabilidade direta ou indireta nessa trajetória.

## RESUMO

Reconhecendo o papel do Estado como provedor das ações públicas sociais e enxergando o Esporte e Lazer como possível fator de redução da vulnerabilidade social, a presente pesquisa teve como propósito tratar sobre o tema da vulnerabilidade social e sua relação com as políticas públicas de Esporte e Lazer. Por meio da mensuração do Índice de vulnerabilidade social – IVS, utilizado pelo atlas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, assim como dos dados obtidos por meio dos questionários aplicados pelo Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer – Rede CEDES aos gestores municipais do Esporte e Lazer, buscou-se debater como essas duas variáveis estão inseridas nos municípios estudados. O universo da pesquisa é composto por doze municípios da Mesorregião do Oeste Potiguar. Foi realizada uma pesquisa documental nos bancos de dados do IPEA e da Rede CEDES e em seguida, foi feita uma análise de conteúdo, bem como um ranqueamento dos municípios quanto às informações obtidas para cada variável. Na construção do ranking dos municípios quanto às políticas públicas de Esporte e Lazer foi utilizada uma adaptação do modelo de utilidade de multiatributos. Dessa forma, os resultados indicam, no geral, uma desproporcionalidade entre o Índice de Vulnerabilidade Social e as políticas públicas de Esporte e Lazer dos municípios, sendo divididos em três categorias: aqueles que obtiveram baixos graus de vulnerabilidade; aqueles que apresentaram melhor situação em políticas públicas descritivas de Esporte e Lazer e os que mantiveram o mesmo padrão de desempenho nos dois aspectos. Esses resultados foram discutidos e analisados frente ao debate acerca da vulnerabilidade social e feitas proposições no intuito de colaborar com essas ações de políticas públicas. Assim, essa discussão traz uma grande contribuição para os municípios estudados, no que se refere à construção e execução de políticas públicas em Esporte e Lazer, bem como para um maior aprofundamento nos debates acerca de meios de diminuição da Vulnerabilidade Social de forma geral.

Palavras-Chave: Vulnerabilidade Social, Políticas Públicas, Esporte e Lazer.

## **ABSTRACT**

Recognizing the role of the State as provider of public social actions and seeing Sport and Leisure as a possible factor for reducing Social Vulnerability, the present research has the purpose of dealing with the theme of Social Vulnerability and its connection with Public Policies of Sports and Leisure. Through the measurement of the Social Vulnerability Index - SVI, used by the Institute of Applied Economic Research - IPEA, as well as the data obtained through the questionnaires applied by the Center for the Development of Recreational Sports and Leisure – CEDES Network to municipal managers of Sports and Leisure we sought to discuss how these two variables are inserted in the studied cities. The research universe is composed of twelve cities of the West Potiguar Meso-region. A documentary research was carried out in the databases of the IPEA and the CEDES Network, and then a content analysis was performed, as well as a ranking of the cities regarding the information obtained for each variable. In the construction of the cities ranking in the public policies of Sport and Leisure, an adaptation of the utility model of multi-attributes was used. Thus, the results indicate, in general, a disproportionality between the Social Vulnerability Index and the public policies of Sport and Leisure of the cities, being divided into three categories: those that obtained low degrees of vulnerability; those that presented better situation in descriptive public policies of Sport and Leisure, and those that maintained the same pattern of performance in both aspects. These results were discussed and analyzed in the context of the debate about social vulnerability and made proposals to collaborate with these public policy actions. Thus, this discussion brings a great contribution to the cities studied, regarding the construction and execution of public policies in Sport and Leisure, as well as for a greater deepening in the debates about ways of reducing Social Vulnerability in a general way.

**Keywords:** Social Vulnerability, Public policy, Sports and leisure.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Faixas de Vulnerabilidade Social	21
<b>Figura 2</b> – Parque aquático Maria Lenk	30
<b>Figura 3</b> - Mapa do Estado do Rio Grande do Norte	39
<b>Figura 4</b> - Mapa do RN com destaque para a mesorregião do Oeste Potiguar	40
<b>Figura 5</b> - Mapa do RN com destaque para o município de Apodi	41
<b>Figura 6</b> - Mapa do RN com destaque para o município de Areia Branca	42
<b>Figura 7</b> - Mapa do RN com destaque para o município de Assú	44
<b>Figura 8</b> - Mapa do RN com destaque para o município de Baraúna	45
<b>Figura 9</b> - Mapa do RN com destaque para o município de Felipe Guerra	46
<b>Figura 10</b> - Mapa do RN com destaque para o município de Itajá	47
<b>Figura 11</b> - Mapa do RN com destaque para o município de Mossoró	48
<b>Figura 12</b> - Mapa do RN com destaque para o município de Pau dos Ferros	49
<b>Figura 13</b> - Mapa do RN com destaque para o município de Portalegre	50
<b>Figura 14</b> - Mapa do RN com destaque para o município de Serra do Mel	51
<b>Figura 15</b> - Mapa do RN com destaque para o município de Tenente Ananias	53
<b>Figura 16</b> - Mapa do RN com destaque para o município de Umarizal	51

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Projetos descritivos	71
<b>Gráfico 2</b> - Instância responsável	72
<b>Gráfico 3</b> - Público alvo	72
<b>Gráfico 4</b> - Quantidade de programas	73
<b>Gráfico 5</b> - Formas de financiamento dos programas e atividades/Divisão do financiamento	74
<b>Gráfico 6</b> - Variedade das atividades ofertadas	75
<b>Gráfico 7</b> – Divulgação das políticas públicas	78

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Ranking dos municípios quanto ao Índice de Vulnerabilidade Social	70
<b>Tabela 2</b> - Frequência e duração de atendimento dos programas	75
<b>Tabela 3</b> - Frequência das reuniões pedagógicas	76
<b>Tabela 4</b> – Planejamento e avaliação das atividades	77
<b>Tabela 5</b> – Ranking dos municípios quanto às políticas públicas em Esporte e Lazer	78

## SUMÁRIO

<b>1 – INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 – REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>14</b>
2.1 – Vulnerabilidade Social: breves considerações .....	14
2.1.1 – Vulnerabilidade Social e o Paradigma AVEO .....	15
2.1.2 – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.....	18
2.2 – Estado, Vulnerabilidade Social e Políticas Públicas.....	22
2.2.1 - Gestão Participativa nas Políticas Públicas.....	24
3.2 – Políticas Públicas de Esporte Lazer .....	25
3.2.1 - Esporte e Lazer no Brasil.....	26
3.2.2 - Estrutura e principais programas de esporte e lazer no Brasil .....	31
3.2.3 – Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer - Rede CEDES .....	32
<b>4 – DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....</b>	<b>37</b>
<b>5 – METODOLOGIA.....</b>	<b>55</b>
5.1 – Caracterização da Pesquisa .....	55
5.2 – Coleta de Dados .....	55
5.2.1 – Índice de Vulnerabilidade Social (IPEA).....	56
5.2.2 – Dados dos Questionários da Rede CEDES .....	56
5.3 – Tratamento dos Dados .....	56
<b>6 – RESULTADOS.....</b>	<b>58</b>
6.1 - Índice de Vulnerabilidade Social .....	58
6.2 – Políticas Públicas de Esporte e Lazer .....	71
<b>7 – DISCUSSÃO.....</b>	<b>80</b>
<b>8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>89</b>

## 1 - INTRODUÇÃO

No mundo atual globalizado, a sociedade tem passado por inúmeras transformações em sua estrutura, afetando principalmente as formas e condições com que as pessoas se relacionam umas com as outras, dentro e fora do seu ambiente familiar. Fatores econômicos, ambientais e mesmo políticos interferem nessas mudanças, originando possíveis oportunidades ou adversidades que moldam as condições de vida de determinados grupos.

No que diz respeito às mudanças sociais, vale a abordagem de alguns temas que vêm sendo bastante explorados no debate acerca do desenvolvimento social, relacionados principalmente à forma como as pessoas estão introduzidas no leito social e de que forma elas podem transformar esse quadro quando não lhes é favorável. Nesse sentido, uma discussão é sugerida, a partir de questões como exclusão e vulnerabilidade social, que segundo Kaztman (2006), está relacionada à maneira como as pessoas aproveitam as ferramentas que estão ao seu alcance, como capital físico, social ou humano para alcançar situações de bem-estar social (FEIJÓ; ASSIS, 2004).

Para Gabatz (2014), o modelo de desenvolvimento econômico baseado no capital que impera no mundo nos mostra um quadro de dúvidas, angústias e obstáculos. Se por um lado, trouxe avanços tecnológicos e multinacionalização, principalmente com a velocidade de acesso às informações, proporcionando novas possibilidades, por outro, desencadeou uma marginalização e vulnerabilidade a uma grande parte das pessoas, assim, um sistema que preconizava uma sociedade igualitária, baseada no respeito aos direitos fundamentais dos indivíduos, acabou por gerar incertezas e inquietações.

Ainda de acordo com Gabatz (2014), a partir do momento em que alguns estudos passaram a apontar possíveis limites críticos do conceito da exclusão social (ou seja, a imprecisão dessas definições, gerando possíveis falhas na compreensão do tema), consequentemente reconheceram também a existência de uma zona de vulnerabilidade formada por alguns grupos da sociedade, que em determinado momento perderam seus vínculos com meios de inclusão. Essa área composta por pessoas vulneráveis é intermediária e instável, relacionada principalmente a altos índices de desemprego, precariedade do trabalho e fragilidade nos meios de proximidade do bem-estar, dessa forma, em tempos de crises, principalmente, essa faixa de vulnerabilidade pode ser bastante estendida, alcançando a parte da população que se encontra em empregos

temporários ou que vivem dos chamados “bicos”, grupos que antes poderiam não se enquadrar nessa definição, por possuírem algum tipo de renda que os permitisse acessar alguns bens e serviços indispensáveis de saúde, educação e lazer.

Tendo isso em vista, faz-se necessário a criação de mecanismos que possam atenuar essa margem de vulnerabilidade social existente na sociedade. A partir daí, surge a necessidade de implantação de políticas públicas sociais, entendidas aqui como ferramentas articuladas e focalizadas, voltadas ao desenvolvimento social e diminuição da pobreza e desigualdade. Levando as famílias e a sociedade, de forma geral, a acessar bens e serviços básicos, como: saúde, educação, moradia, alimentação, lazer e tudo o mais que se faz indispensável para uma vida digna e justa (GOMES; PEREIRA, 2005).

Desse modo, um exemplo de políticas voltadas à promoção do bem-estar social são as ações públicas relacionados ao esporte e lazer, principalmente quando são pensadas de forma participativa, com o apoio e envolvimento da sociedade civil. Através de práticas flexíveis e grupos de atuação diversos pode-se evitar a padronização de atividades e atingir públicos diversos, com suas diferentes necessidades (PINTO, 1998).

Nas palavras de Pinto (1998), o esporte e lazer devem ser vistos não apenas como uma forma de ocupação do tempo livre das pessoas, como era visto no passado, especialmente até o final do século XIX. Hoje, principalmente, estão fortemente ligados as relações sociais e tem se tornado cada vez mais uma ferramenta democrática na construção de valores individuais e coletivos, cultura, convívio e qualidade de vida.

Assim, por entender as Políticas Públicas em Esporte e Lazer como fator direto de mudanças no desenvolvimento na vida das pessoas, principalmente das que se encontram em zona de vulnerabilidade social, tornou-se oportuna a realização desta pesquisa na região do Oeste Potiguar, que se situa em um estado possuidor de muitos contrastes, em que se notam configurações de verticalidade (traços referentes à modernização e globalização em que a região está situada), e horizontalidade (traços próprios da região, evidenciando suas particularidades), essas vertentes se complementam, dando origem a processos produtivos. Visto que os traços verticais permitem um maior destaque dos setores da economia que abrangem atividades relacionadas à indústria têxtil, extração de sal e produção de petróleo, e do setor terciário, com maior participação do serviço público, comércio e turismo. (SANTOS, 2010).

Nota-se que o universo de estudo em questão possui características heterogêneas, e isso torna a região propícia a um trabalho desta natureza, pois se procura observar a relação das políticas públicas voltadas ao Esporte e Lazer e o grau de Vulnerabilidade Social dos municípios estudados.

Assim, esse estudo tem como objetivo principal a discussão científica da relação entre a Vulnerabilidade Social e as políticas públicas de Esporte e Lazer registradas nos municípios estudados da região do Oeste Potiguar. Quanto aos objetivos específicos, pretende-se mensurar através dos dados do IPEA, o Índice de Vulnerabilidade Social nos municípios, bem como seus indicadores sociais; analisar os dados sobre políticas públicas de Esporte e Lazer obtidos nos questionários da Rede CEDES; bem como construir um ranqueamento entre os municípios referente aos dois aspectos estudados.

Além disso, são levantadas hipóteses na busca pela compreensão do assunto estudado. A primeira delas é que existe uma equilíbrio no que diz respeito à Vulnerabilidade Social e as políticas públicas de Esporte e Lazer. Outra hipótese considerada seria que os municípios que apresentam projetos/programas descritivos relacionados ao Esporte e Lazer são os mesmos que possuem os menores Índices de Vulnerabilidade Social.

Dessa forma, a presente pesquisa buscou verificar se o grau de Vulnerabilidade Social nos doze municípios estudados da região Oeste Potiguar coincide com a presença ou ausência de Políticas Públicas em Esporte e Lazer nos mesmos, bem como descrever o IVS (Índice de Vulnerabilidade Social) de cada um deles através dos dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e a situação das Políticas Públicas em Esporte e Lazer por meio dos questionários aplicados aos gestores municipais pela Rede CEDES no ano de 2016, destacando sua atuação na produção de conhecimento referente a práticas esportivas e do lazer, seja através de pesquisas realizadas, registro e documentação de dados referentes ao Estado do Rio Grande do Norte ou quanto criação e desenvolvimento de projetos/programas promovidos a nível nacional.

## **2 – REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 – Vulnerabilidade Social: breves considerações**

Abramovay et al (2002) dá uma definição de vulnerabilidade atrelada a uma soma de características e recursos ligados a determinadas comunidades que se mostram insuficientes para captar as oportunidades oferecidas pela sociedade, de forma geral, impedindo assim, que as mesmas tenham acesso ao bem-estar e condições de vida satisfatórias.

Alguns fatores atuam como propulsores da vulnerabilidade social, como por exemplo, a insegurança de renda, afetada pela precarização do trabalho; alguns outros seriam moradias desestruturadas, falta de acesso a saneamento básico, transporte público e serviços de saúde ineficientes, que também se relacionam diretamente com o bem-estar das famílias. (IPEA, 2018).

Para Kaztman (2006), o termo vulnerabilidade social normalmente tende a ser empregado nas discussões, aplicado a determinados grupos e pessoas, como sendo uma falta de capacidade dos indivíduos de resolverem questões de risco e adversidade, sendo assim utilizado com sentido de pobreza. Porém, para ele, situações de vulnerabilidade social existem quando o acesso a recursos que influenciam e controlam os domicílios, não é utilizado pelas pessoas ante as circunstâncias de pobreza e exclusão social.

Quando se fala em vulnerabilidade social, não se trata de um tema propriamente novo, pois o mesmo vem sendo estudado constantemente por sociólogos, cientistas sociais e estudiosos de diversas áreas. Esse tema ganha importância significativa principalmente a partir dos anos de 1990 com a exaustão da matriz analítica da pobreza com a sua redução a questões ligadas a economia.

A partir disso, alguns organismos internacionais como o Banco Mundial, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL e Organização das Nações Unidas – ONU passaram a difundir essas ideias, orientando-as para a concepção de políticas públicas. Nesse contexto, essa matéria era mais voltada à identificação dos grupos desprovidos da sociedade, utilizando principalmente indicadores de necessidades básicas das pessoas, deixando de lado, assim, as circunstâncias que envolviam o processo de empobrecimento. Assim, ao invés de perceber o fenômeno da vulnerabilidade como um evento complexo e contextualizado, que envolve variáveis distintas, se restringia a uma análise simplista de níveis de carências sociais das pessoas.



Dessa forma, ganhava força à interpretação do individual de cada um e não os fenômenos sociais que produziram a situação de vulnerabilidade (MONTEIRO, 2012).

Para Monteiro (2012), na América Latina verificam-se avanços consideráveis nessa temática a partir de estudos realizados por Moser (1998), que condicionam ativos individuais na questão da vulnerabilidade e apontam que os riscos não são somente inerentes à população pobre, haja vista que a deficiência na segurança e mobilidade social atinge a todos. Outros dois autores vêm contribuindo para o enriquecimento da discussão. Kaztman (2006), e seus trabalhos acerca do paradigma AVEO, onde a vulnerabilidade é influenciada diretamente por fatores como ativos e estruturas de oportunidades. Além dos trabalhos de Abramovay (2002), a respeito da juventude e políticas públicas que também são importantes para a compreensão do assunto.

Somente quando o debate sobre a vulnerabilidade social alcançou a área da saúde, é que foi superada a noção de risco social, estendendo a sua compreensão e tirando o foco do indivíduo e o baseando em aspectos do contexto social. Dessa forma, o tema passa a ser encarado sob múltiplas acepções, sendo influenciada por vários condicionantes. Ele passa a ser entendido não como algo inerente aos indivíduos em sua essência, mas como um processo derivado de determinadas circunstâncias que podem ser elevadas ou atenuadas.

A exposição a fatores econômicos, sociais e culturais se torna condicionante para definir situações de fragilidade. A percepção de como o risco de ser afetado em decorrência de lutas para sair de uma situação indesejável e embates de origem externa, frente aos riscos que estão expostos diariamente é decisiva para a permanência em situações de vulnerabilidade. As predisposições que os grupos possuem para dar respostas e reagir às mudanças que a sociedade impõe são pressupostos que precisam ser analisados para a compreensão da vulnerabilidade (MONTEIRO, 2012).

### **2.1.1 – Vulnerabilidade Social e o Paradigma AVEO**

Kaztman (2006) busca explicar os diferenciais de vulnerabilidade diante da pobreza e exclusão social de determinados grupos de domicílios urbanos. Segundo o seu paradigma AVEO (Ativos, Vulnerabilidade e Estrutura de Oportunidades), a vulnerabilidade social é explicada pelo nível de ajuste entre as estruturas de oportunidades, que são arranjos responsáveis pelo acesso a bens, serviços ou atividades

que incidem sobre o bem-estar das pessoas e que são percebidas por estas, garantindo condições para alcançarem os ativos. Estes são os recursos que permitem às famílias um aproveitamento efetivo dos meios oferecidos pelas estruturas de oportunidades, ou seja, são empregados para mobilizar os domicílios, dando condições de acesso pleno à sociedade.

Dentro dessa discussão sobre o paradigma AVEO, as estruturas de oportunidades constituem o elo de acesso dos indivíduos a bens e serviços que direta ou indiretamente os direcionem a alguma forma de bem-estar, facilitando o uso dos recursos já existentes pelos domicílios (no caso de oportunidades de educação e saúde gratuitas ofertadas pelo Estado) ou contribuindo com a criação de recursos novos (quando há oferta de serviço de creche, por exemplo, liberando tempo e recursos humanos para as pessoas poderem ter uma maior geração de renda).

Por sua vez, os ativos representam recursos oferecidos pela sociedade que proporcionam um melhor aproveitamento das estruturas de oportunidades pelos domicílios para conseguirem melhorias nas condições de vida e maior integração social. Existem basicamente três tipos de ativos: O capital físico, o humano e o social. Sendo seu aproveitamento diretamente ligado a fatores como: estrutura produtiva do país, cobertura de proteção, segurança e bem-estar por parte do Estado, além das relações que envolvem principalmente as comunidades, a família e o mercado (KAZTMAN, 2006).

Entre as principais estruturas de oportunidades está o Estado, seja na sua função organizadora, empregadora, provedora ou reguladora, agindo como vetor de acumulação de ativos nos estratos populares urbanos. Mesmo em períodos de retração em algumas áreas, o Estado tem uma importância significativa na facilitação do acesso aos ativos, tendo como sua função principal o papel regulador de ajustar a arquitetura do regime de bem-estar da sociedade de modo a manter uma conexão razoável com as mutáveis estruturas de risco, ou seja, o Estado tem o dever de garantir um melhor equilíbrio da balança social, diminuindo situações de desigualdade e garantindo condições de integração.

Para Kaztman (2006), o Mercado se mostra como a principal esfera para geração, apropriação e utilização de ativos, sobretudo no que diz respeito a emprego, rendimento, consumo e poupança. Na teoria, o crescimento financeiro, a transformação tecnológica e a abertura das economias ampliam as oportunidades de emprego e renda. Porém, o que se tem notado, por exemplo, em alguns países da América Latina é o oposto, o aparecimento de melhores ofertas de trabalho traz consigo, atividades

globalizadas e de alta densidade tecnológica, exigindo qualificação além do que a maioria da população possui. Dessa forma, implicando no estreitamento de estruturas de oportunidades do mercado de trabalho para os empregados de menores qualificações.

Outro mecanismo importante como estrutura de oportunidade é a comunidade, e aqui se incluem as redes políticas, a família e as relações extrafamiliares. Para cada etapa do ciclo de vida, existe ao menos uma estrutura que constitui a fonte dominante na qual se procuram os ativos necessários para uma integração adequada à sociedade. As famílias e as redes extrafamiliares fazem parte das “instituições primordiais”, desempenhando papéis de segurança e proteção perante riscos ao bem-estar social, especialmente quando essas funções não são providas pelo Estado ou Mercado. Dentro desse contexto, outro fator que tem bastante impacto nos domicílios é o processo de formação dos bairros. Em cidades da América Latina, como Rio de Janeiro, Montevideu e Santiago são constatados impactos significativos no comportamento de risco das crianças e jovens, no caso de abandono ou retardamento escolar, desfiliação institucional e maternidade na adolescência (KAZTMAN, 2006).

Quanto aos ativos, podem ser relacionados o capital físico (gerado pelo ser humano e que inclui diversas formas de recursos como infraestrutura, bens de capital, financeiro, comercial, etc.); Outro tipo de ativo é o humano (determinado pelo grau de nutrição, saúde, educação, lazer e trabalho da população); o terceiro e último tipo de ativo é o capital social (que representa o grau de confiança existente entre atores de uma sociedade, ou seja, as atitudes positivas em matéria de comportamento cidadão que contribuem com o bem-estar geral).

Segundo Kaztman (2001), a maioria das políticas públicas voltadas ao bem-estar da sociedade na América Latina negligenciou a integração social, considerando apenas as melhorias nas condições de vida de parte da população e não atentando para o estabelecimento de vínculos permanentes dos grupos mais vulneráveis com a sociedade. Apesar dessas políticas terem considerado o trabalho como forma de integração e identidade das pessoas, não abrangeram as carências nas prestações públicas sociais e condições dignas de trabalho, pois estar trabalhando, mesmo que formalmente, não significa estar protegido em suas relações de trabalho. Dessa forma, para o autor, o que se percebe é uma fragilidade empregatícia e dificuldade na formação de ativos individuais e coletivos.

Assim, o que se vê também é que existe uma segregação residencial, que de acordo com Kaztman (2001), é tratada como a localização da população em espaços

homogêneos, que acontece principalmente pelo grau de urbanização da pobreza e suas estruturas sociais próprias, composição étnica, religiosa e de naturalidade da sociedade. Ou seja, os ricos só frequentam o colégio dos ricos e os pobres só frequentam o colégio dos pobres, sendo assim o sistema educativo pouco pode fazer pela integração social.

Já para Almeida (1993), a definição de integração social não está ligada a auto definições grupais ou representações homogêneas de determinados setores da sociedade. Para o autor, essa questão está mais baseada no uso efetivo das competências relacionadas à vida social. Até existem algumas características inerentes à parte da população que se encontra marginalizada, como a pobreza e a fragilidade, porém a exclusão é heterogênea, sendo cada situação uma realidade dimensional em si mesma, criadoras de rupturas de identidade e perda de laços de sociabilidade.

Admite-se que a partir do momento em que houver uma diminuição da disparidade entre bairros socialmente homogêneos, isto é, quando começar a haver uma maior interação entre os diferentes grupos da sociedade, aliado a oferta de serviços de qualidade pelo Estado, o grau de isolamento social tende a diminuir (KAZTMAN, 2001).

Para se entender a questão da vulnerabilidade social e buscar medidas e soluções para as suas implicações na sociedade, faz-se necessário buscar informações em pesquisas e bancos de dados que coletam dados sobre o assunto. No Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA é referência nesse sentido, servindo como uma alternativa de fonte na obtenção dessas informações.

### **2.1.2 – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA**

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA se vincula ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, como uma fundação pública federal, instituída através do art. 190 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com prazo de existência indeterminado e possuindo sede e foro em Brasília – DF, tendo como missão principal o suporte ao Estado no aprimoramento das políticas públicas nacionais de desenvolvimento econômico e social.

Entre outras atribuições, possui competência para promover pesquisas de cunho social, analisar possíveis problemas na economia brasileira, realizar estudos prospectivos, oferecer plataformas de informação sobre sua área de atuação, fomentar

pesquisas socioeconômicas e de desenvolvimento sustentável, além de assessorar o Governo Federal nas avaliações e monitoramento das políticas públicas implementadas (Regimento Interno do IPEA, 2017).

Atualmente, o IPEA dispõe de um repositório de informações, o Atlas da vulnerabilidade social nos municípios e regiões metropolitanas brasileiras, que funciona como um grande banco de dados disponível a gestores estaduais e federais, agentes municipais, pesquisadores, sociedade civil, setor privado e aos próprios cidadãos.

Esse Atlas funciona como uma ferramenta de suporte e disponibilização de dados e informações acerca das mais diversas vertentes da questão da vulnerabilidade social. Através dessa plataforma é possível consultar estatísticas de unidades político-administrativas como estados, municípios e regiões metropolitanas, gerando acesso a características sociais das mais diversas regiões do país. O alcance da compreensão das desigualdades socioespaciais e da democratização da informação alcançadas por meio deste contribui para uma gestão pública de qualidade, aumenta a transparência das informações e estimula a análise da sociedade contemporânea, além de servir de base para possíveis projetos futuros.

### Índice de Vulnerabilidade Social - IVS

O Índice de Vulnerabilidade Social na esfera da Rede IPEA está registrado no projeto Mapeamento da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas do Brasil, proposto primeiramente pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), e é resultado da chamada pública IPEA/PROREDES nº 01/2011, onde foram reunidas diversas instituições de pesquisa, entre elas estavam a Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores do Rio de Janeiro – CEPERJ (RJ); o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (PR) e a Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia – SEGPLAN (GO), entre outros órgãos sob a coordenação nacional do IPEA (IPEA, 2018).

### Metodologia do Índice de Vulnerabilidade Social

Os dados que alimentaram as estatísticas do IVS foram oriundos dos microdados do Censo Demográfico e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As informações obtidas por meio do Censo do ano de 2010 e do PNAD foram uniformizadas,

minimizando possíveis incompatibilidades resultadas das diferenças metodológicas entre os dois instrumentos de pesquisa, pois se por um lado, os dados do PNAD abrangem territorialidade menor, porém coletam informações com periodicidade anual, os dados do Censo possuem área amostral consideravelmente maior, mas são coletados a cada 10 anos. Obtendo informações relacionadas às características demográficas e socioeconômicas da população, como educação, trabalho, tendo como unidade de coleta os domicílios (IPEA, 2018).

O Atlas da vulnerabilidade social nos municípios e regiões metropolitanas brasileiras utiliza-se de uma metodologia em que são analisados dezesseis indicadores diferentes, subdivididos em três dimensões para medir o chamado Índice de Vulnerabilidade Social – IVS, são elas: Infraestrutura urbana; Capital humano e Renda e trabalho (IPEA, 2018).

Na dimensão IVS Infraestrutura Urbana, os indicadores analisados são: 1 – Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário adequados; 2 – Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo; 3 – Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho. (IPEA, 2018).

Já na dimensão IVS Capital Humano, são considerados como indicadores: 1 – Taxa de mortalidade até um ano de idade; 2 – Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola; 3 – Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola; 4 – Percentual de mulheres de 0 a 17 anos de idade que tiveram filhos; 5 – Percentual de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família; 6 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade; 7 – Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo; 8 – Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem domicílio per capita ou inferior a meio salário mínimo, na população dessa faixa etária. (IPEA, 2018).

A terceira e última dimensão se baseia em indicadores voltados ao IVS Renda e Trabalho, são eles: 1 – Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; 2 – Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade; 3 – Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental

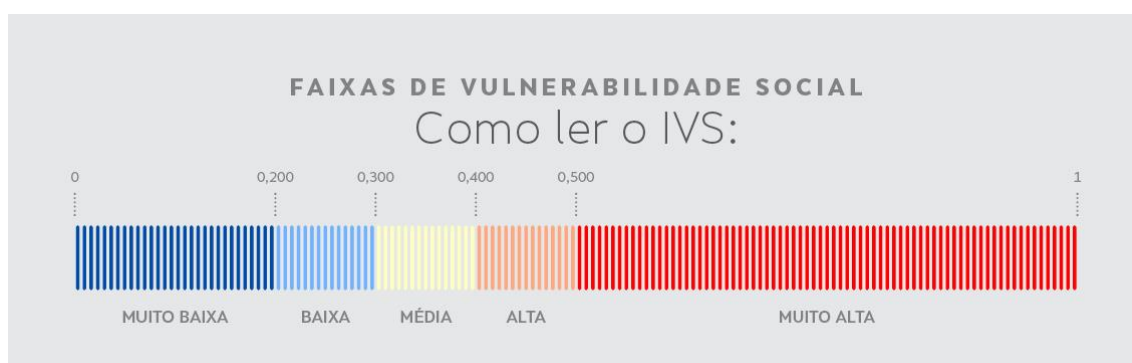
completo e em ocupação informal; 4 – Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e dependentes de idosos; 5 – Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade (IPEA, 2018).

O Índice de Vulnerabilidade Social dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras é resultado da média aritmética dessas dimensões de Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho. Nesse cálculo, os dezesseis indicadores pertencentes às três dimensões foram apurados com base nos censos demográficos do IBGE do ano de 2010 e tabulados para o Atlas do Desenvolvimento Humano - ADH brasileiro.

Para cada indicador foi atribuído um valor numa escala que vai de 0,000 a 1,000, em que 0 (zero) é a total ausência de vulnerabilidade, ou seja, a situação ideal, e 1 (um) seria a pior situação possível, existência de total vulnerabilidade social. Sendo assim, foi atribuído um valor para cada dimensão e no final, calcula-se a média das três dimensões, tendo assim, o IVS final de cada unidade territorial.

Com o Índice de Vulnerabilidade Social calculado e valorado, a leitura do grau de vulnerabilidade pode ser feita por meio de uma faixa de vulnerabilidade que vai de 0 (zero) = (muito baixa) a 1 (um) = (muito alta), como mostrado na figura abaixo.

FIGURA 1 – Faixas de Vulnerabilidade Social



Fonte: Extraído do site do IPEA, (2018).

Vale salientar que há algumas limitações com relação ao cálculo dos indicadores, principalmente no que diz respeito à proporção do erro amostral, que corresponde à diferença entre o resultado da amostra e o resultado populacional real. Definiu-se então que o limite para a verificação dos indicadores para os 5.565

municípios do país seria um erro amostral máximo de 17%, porque acima desse valor, não serão mostrados desagregações por sexo para os municípios (IPEA, 2018).

Na metodologia de Kaztman (2006), amplamente utilizada neste trabalho, no chamado paradigma AVEO, o conceito de vulnerabilidade social está relacionado essencialmente aos ativos, que são recursos responsáveis pelo aproveitamento das estruturas existentes e às estruturas de oportunidades oferecidas principalmente pelo Estado, Mercado e Comunidade e que possibilitam o acesso dos domicílios a bens e serviços que podem levar as pessoas a um estado de bem-estar social.

No contexto do Índice de Vulnerabilidade Social apresentado anteriormente pelo IPEA, é possível enxergar as principais estruturas de oportunidades abordadas por Kaztman (2006), presentes em suas dimensões utilizadas como critérios para medir o grau de vulnerabilidade dos territórios. A dimensão Infraestrutura Urbana está relacionada ao eixo representado pelo Estado, pois é ele quem é competente e tem como obrigação suprir as necessidades da sociedade; já a dimensão Capital Humano, embora também seja consequência das ações do Estado, possui relação direta com a comunidade; Quanto à dimensão Renda e Trabalho, pode-se fazer uma ligação com o Mercado, na sua importância para a diminuição de situações de desigualdades.

As informações e os dados apresentados anteriormente foram coletados através da plataforma do instituto de pesquisa econômica aplicada – IPEA, dessa forma fazem referência ao repositório do próprio instituto construído por meio de pesquisas e publicações eletrônicas relativas a bases socioeconômicas.

## **2.2 – Estado, Vulnerabilidade Social e Políticas Públicas**

De acordo com Pessoto et al (2015), historicamente existem alguns ideais no tocante a posição do Estado, seu papel e influência na vida da sociedade. Para a esquerda Marxista, tida como um pensamento revolucionário que defendia o proletariado como classe dominante, o Estado teria como base norteadora a defesa da propriedade, além de ser visto com certa autonomia, tendo sempre uma natureza de meio, com criação determinada por longos projetos e objetivos de autodeterminação da sociedade. Toledo (1994) cita que a esquerda de Marx alegava a democracia política como dependente da democracia social e econômica, sendo a existência dessas, condição prévia e necessária a aquela. Para os liberais, vigorava o dito Estado de direito



liberal, que assim como a esquerda Marxista, defendia a propriedade, porém defendia uma separação clara entre Estado e sociedade, inclusive com o uso de violência legítima quando necessário. Já os socialdemocratas, sustentados por ideais de democratização e garantia dos direitos trabalhistas, viam o Estado como agente fundamental na transformação de uma sociedade (PESSOTO ET AL, 2015).

Atualmente, existe um consenso de que o Estado é o principal provedor dos direitos e garantias sociais, consagrados inclusive nas mais diversas constituições federais, como é o caso da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que nos seus artigos seis a onze trata sobre direitos sociais, além de mencionar outros ao longo do seu texto. Essas ações por parte do Estado podem ser prestadas de forma direta ou até mesmo indireta, com a ajuda da iniciativa privada, por exemplo. (TAVEIRA, 2010).

Dentro desse contexto, “é possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo” (HOFLING, 2001, p.31).

Nesse cenário, as políticas públicas seriam tidas como a ação do Estado, na sua função governamental, que através de programas de governo, traça ações para determinados setores da sociedade.

Para Hofling (2001), é importante que se destaque a diferença entre Estado e governo. Pois enquanto o primeiro, conforme descrito anteriormente, diz respeito a uma estrutura formada por instituições fixas responsáveis pelas políticas públicas voltadas a administração de uma nação, não podendo ser resumido à própria burocracia pública. Por outro lado, o governo é a forma como a administração pública é gerida, possui orientações políticas e administrativas definidas, que são exercidas por meio de programas e projetos pensados e executados por atores sociais.

Nesse contexto, as ações governamentais representam a participação que o Estado exerce no equilíbrio e manutenção do bem-estar da sociedade, agindo de acordo com as reais necessidades dos grupos sociais envolvidos. Essas ações podem ser traduzidas na forma de políticas públicas orientadas a finalidades diversas, como: políticas sociais (voltadas à saúde, educação, previdência); macroeconômicas (fiscal, monetária), além de outras (científica, tecnológica). Assim, ações públicas serão executadas de acordo com as especificidades e demandas da área abrangida. (GELINSKI; SEIBEL, 2008).

Para Secchi (2011), elas podem ter objetivos de cunho regulatório (estabelecendo padrões de comportamentos ou serviços públicos e privados), distributivo (ofertando recursos para alguns grupos menos favorecidos), redistributivo (beneficiando um maior número de pessoas, com as chamadas “políticas universais”), além de constitutivo (estabelecendo competências e elaborando diretrizes das políticas públicas).

Quanto à concepção e formulação dessas ações traduzidas em políticas públicas, Gelinski e Seibel (2008), destacam que existem alguns elementos comuns a todas elas, ou pelo menos à maioria delas. O primeiro deles seria a forma de enxergar o papel do Estado nesse processo de construção de uma sociedade igualitária; o segundo seria os “Policy Makers”, que são os agentes envolvidos na elaboração e execução dessas ações; um terceiro ponto seria a agenda da política pública, que diz respeito aos seus objetivos principais, estabelecimentos de prazos para consecução das atividades e disponibilidade orçamentária acessível.

Souza (2006) sugere que quando há um desequilíbrio social permanente faz-se necessário uma atuação mais consistente do Estado, que não necessariamente agirá sozinho nessa tarefa de harmonização de oportunidades. Grupos de interesse ou mesmo movimentos sociais podem atuar também nesse sentido, dependendo do tipo de política pública envolvida.

### **2.2.1 - Gestão Participativa nas Políticas Públicas**

Há algum tempo se discute uma forma de se ter políticas públicas efetivas e ao mesmo tempo garantir o controle democrático nas atividades públicas. A necessidade de haver supervisões e auditorias nos atos administrativos em geral é de grande importância e a burocracia precisa ser acima de tudo, transparente. A partir disso, modelos são implantados na gestão pública com vistas a resolver essa questão, vale mencionar alguns exemplos de práticas nesse sentido, como a administração pública por resultados, “accountability” e principalmente a participação social na gestão pública.

A partir dos anos de 1990, a participação social vem ganhando espaço na prática administrativa como forma de fiscalizar os atos públicos e ajudar a formular e dar mais efetividade a execução de políticas públicas, pois diante das crises em que os Estados passam, por não conseguirem atender as demandas da população, fica clara a

necessidade de novas formas de garantir a eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados por eles (MILANI, 2008).

Para Stigger (1998), o lazer é vivenciado como forma de reivindicação e participação social em seu aspecto concreto, que se refere a ele como parte da cultura da sociedade. Aqui, os valores históricos e sociais estariam diretamente relacionados com as práticas vivenciadas pelas pessoas. Para o autor, outra forma de participação na sociedade é através do esporte, como forma de reconhecimento dos direitos dos cidadãos e sentimento de atuação na prática de atividades oferecidas pelo poder público. O Esporte é uma forma de dar opções de uma vida mais saudável à população, de aproximação das pessoas ou mesmo de oferecer acesso a práticas de atividades que elas possuem afinidade.

Nessa discussão, cabe mencionar Huizinga (2000), e sua teoria a respeito do “jogo” como elemento cultural numa sociedade. E aqui, esse conceito está empregado como uma atividade voluntária em um determinado tempo e espaço, que normalmente está acompanhada de tensão e alegria, agindo como uma forma de divertimento e adaptação à vida cotidiana. Para ele, o jogo é anterior até mesmo à sociedade humana, pois a sua prática é comum inclusive aos animais, de forma geral.

Assim, o Esporte e o Lazer estão incluídos na definição de jogo para Huizinga (2000), em suas mais diversas manifestações sociais, como na dança, na música, torneios esportivos, espetáculos artísticos e representações sociais diversas, sendo tido como uma expressão das características humanas dos atores envolvidos. O jogo é tido como expressão de liberdade, não sendo praticado como tarefa ou obrigação; ele é transmitido pelas pessoas e conservado em suas memórias, tornando-se tradição; além disso, possui um fator ético, pois mesmo tendo um desejo de vitória, o jogador precisa respeitar as regras adotadas. As características mencionadas conferem ao jogo o status de agente influenciador cultural, servindo como distribuidor de conhecimento e formador de aprendizagem no processo socioeducativo.

### **3.2 – Políticas Públicas de Esporte Lazer**

Uma alternativa de política pública social, que se mostra bastante interessante é a criação ou melhoramento de programas nas áreas do esporte e lazer, podendo ser utilizadas como instrumento de estímulo e direção na vida das pessoas, principalmente

dos jovens, possibilitando a inserção destes em meios sociais heterogêneos e diminuição das atividades de risco. Podendo atuar de maneira complementar a serviços públicos de qualidade ofertados, dando uma perspectiva de vida mais otimista às pessoas mais afetadas pelas situações que lhes conferem um lugar em zonas de vulnerabilidade.

Alguns estudos, como o de Souza et al (2009), apontam que as experiências pelas quais as pessoas passam, ligadas a processos de exclusão e desigualdades sociais, privações de bens e serviços, terminam por gerar sensações negativas nas mesmas, além de uma falta de empatia e solidariedade com o próximo. A ausência de práticas esportivas, desvios de formação ética e cultural e construção de valores, como igualdade, fraternidade e união, dificultam a criação do senso de democracia, estimulando um sentimento de não pertencimento à comunidade.

Essa sensibilidade mostra ter impacto significativo nos jovens, que quando se veem a margem das oportunidades ofertadas pela sociedade, acabam sendo atraídos por opções mais viáveis naquele momento. Entre elas está a criminalidade, pois através desta, muitas vezes as pessoas conseguem ser notadas e ter certo status social, externando seus sentimentos negativos e o desejo de tomar dos outros, algo que lhes foi negado pela sociedade.

A formulação e implantação de políticas públicas ligadas a suprir carências sociais da população não é uma tarefa simples, principalmente quando o Estado tem responsabilidade direta nas necessidades enfrentadas pelas pessoas, seja por motivos de negligência ou má execução das ações estatais. Assim, diversos entraves podem surgir entre o pensar e o fazer dessas políticas, pois problemas burocráticos constantemente agem como fatores negativos nessa questão, principalmente porque os projetos em esporte e lazer às vezes não estão em pauta nas agendas administrativas dos governantes (SANTOS; LEIRO, 2015).

É preciso que o Esporte e Lazer sejam vistos como meios de inserção social e práticas de cidadania, e que as ações voltadas às suas atividades sejam formas de democratizar e universalizar seu acesso a todas as pessoas.

### **3.2.1 - Esporte e Lazer no Brasil**

Quando se fala no subcampo político-burocrático do esporte no Brasil, Mezzadri (2014) nos remete a década de 1930, quando o esporte e lazer se consolidam no país

como campo de interesses públicos e privados. Já a partir da década de 1940, os trabalhadores passaram a ter a garantia de descanso semanal remunerado e férias na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). O esporte passa a ser considerado um bem público, se tornando um símbolo de desenvolvimento e modernização do país. O Estado investe no esporte e garante uma dependência deste às instituições e ao campo político e burocrático, enquanto as práticas esportivas se tornam um costume nacional.

Entre 1946 e 1964, os agentes, através de práticas clientelistas, utilizaram espaços públicos e privados para práticas de interesses próprios, barganhando poder junto ao governo e visando acúmulo de capital. Durante o regime militar no Brasil (1964 - 1985), o esporte ganhou um status de ordem e disciplina, pois através do uso do seu monopólio, o governo viu no esporte uma forma de referendar o sistema político vigente, servindo a intenções nacionalistas. Com a passagem para a democracia, o que poderia ser visto como bem social e ferramenta de nacionalização, passou a ser fonte de recursos explorada pela iniciativa privada, através da imposição de interesses econômicos, fazendo com que, ao passar dos anos, os investimentos se voltassem para os esportes de alto rendimento, em detrimento do esporte participativo e educacional (MEZZADRI, 2014).

Com o acontecimento da I Conferência Nacional do Esporte e Lazer, do Ministério do Esporte, realizada em 2004, que culminou no documento referente à Política Nacional do Esporte e Lazer, esse tema passou a ser visto como direitos e garantias dos cidadãos. Através deste documento foram estabelecidos três eixos principais, a Política Nacional dos Recursos Humanos, a de Financiamento e a de Controle Social. Dessa forma, demonstrou-se uma preocupação com a socialização do esporte e lazer e seu papel no processo de democratização no país, considerando a ocupação de espaços e a produção de conhecimento atrelado a políticas públicas.

Segundo Santos e Leiro (2015), atualmente no Brasil, no que diz respeito à produção de conhecimento na área, a comunidade científica tem percebido um aumento significativo na quantidade de trabalhos sobre a temática do esporte e lazer como instrumentos de políticas públicas, sendo estes, geralmente divulgados em palestras, revistas, teses e dissertações. Diante da importância que o governo federal possui na estruturação e descentralização dessas políticas, existem alguns programas trabalhados com os Estados e municípios, entre eles estão: a lei de incentivo ao esporte, o programa segundo tempo, o esporte e lazer nas cidades, além de outros. Porém, essa quantidade de programas contrasta com a atenção que é dada aos mesmos, com o reduzido número de

linhas de pesquisa e a restrição de especialistas vinculados à análise das políticas públicas.

Assim, como houve um aumento na produção acadêmica relacionada ao tema em questão, alguns estudiosos perceberam que seria interessante se fazer uma avaliação dos resultados obtidos pelos trabalhos referentes às políticas públicas de esporte e lazer. O que se tem percebido é que apesar dos esforços nos estudos críticos e quantidade de trabalhos publicados, ainda existe um grande distanciamento para se formar uma agenda sólida e consistente. O que acontece é que os trabalhos de análises de políticas públicas não utilizam os modelos teóricos consolidados dessas mesmas políticas, é o que se chama de insulamento acadêmico, dessa forma, esse distanciamento se torna um grande entrave para o desenvolvimento das observações pretendidas. Por outro lado, com uma maior aproximação, ficaria mais fácil romper com esse isolamento e consolidar um campo investigativo informado e direcionado pelos modelos teóricos de políticas públicas (SANTOS; LEIRO, 2015).

Pensar programas/projetos em políticas públicas voltados ao esporte e lazer requer trabalhar com modelos teóricos, pensados através de um esquema sequencial básico, consistindo principalmente nas seguintes etapas: identificação do problema a ser resolvido, formação e consolidação de uma agenda, formulação de alternativas para o problema, tomadas de decisão, implementação das práticas de resolução, avaliação e extinção. Podendo ser estabelecidas relações de causa e consequência nas análises através desse instrumento analítico (SANTOS; LEIRO, 2015).

Santos e Leiro, (2015) ainda defendem que, no geral, as políticas públicas podem ser vistas como o resultado das ações implementadas por órgãos governamentais que sofrem influência de outras instituições informais, agindo como padrões estruturados que facilitam ou dificultam a tomada de decisões de grupos e indivíduos. Não raramente costumam atender os interesses de governantes e grupos políticos, colocando o esporte e lazer como umas das últimas opções na hierarquia das prioridades para os investimentos. Além disso, restrições de tempo, conhecimento e os custos fazem com que os governos tenham uma postura mais conservadora, sem causar grandes transformações, impondo assim, limites à inovação e a mudanças significativas.

Na visão de Malina e Cesário (2013), no Brasil, se observa uma política de concepção do esporte bastante parecida com a de alguns países, onde se tem um entendimento do esporte e lazer como formas de inclusão social e alcance da paz, mediante políticas sociais, principalmente em áreas pobres e desamparadas. Porém a

apresentação dos dados relacionados às atividades esportivas normalmente são alinhados a objetivos e metas definidos e mensuráveis compatíveis com a expansão do sistema econômico.

Além de existir uma extrema esportivização, citada por Malina e Cesário (2013), na busca da formação de atletas, o aumento na quantidade de eventos esportivos nacionais, como a copa do mundo de 2014 e as olimpíadas de 2016 expõe uma visão piramidal do governo com relação ao esporte. Essa pirâmide é sustentada por uma base formada pela educação física e esporte escolar, no meio estaria o desporto de massa e a elite esportiva no topo. Esse tipo de visão gera consequências diversas na sociedade, uma delas seria a desigualdade no financiamento esportivo, em que, por exemplo, o esporte olímpico recebe um investimento muito maior que o escolar ou universitário. Outra percepção da influência do capital nas políticas e práticas esportivas é o fato de se privilegiar o conhecimento técnico na preparação/formação de atletas. Considerando que o profissional educador físico, como a maioria dos trabalhadores, estão incorporados num ambiente de mercado ou trabalho capitalista, seu reconhecimento profissional está diretamente relacionado ao desempenho dos atletas e das equipes nas competições. Dessa forma, os profissionais passam a ser valorizados pelos títulos ou vitórias alcançados no trabalho, sendo, muitas vezes, rejeitados quando seu trabalho não atende ao ideal de produtividade, o que conduz conseqüentemente a uma exploração de mão de obra da profissão (MALINA; CESARIO, 2013).

O esporte tem que ser visto como fator redistributivo para as pessoas através de ações do poder público, então, quando se constrói um parque aquático (mostrado na imagem abaixo), como o que foi feito na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro para os jogos Pan-Americanos de 2007, uma área nobre da cidade, onde a maioria dos domicílios possui piscina, fica nítida a ausência de um legado que englobe a diversidade da população, não atingindo, assim, seu objetivo como função social. Nessas situações, é possível serem percebidos interesses econômicos superiores a importância dada às causas sociais envolvidas.

FIGURA 2 – Parque aquático Maria Lenk, situado na Barra da Tijuca, RJ.



Fonte: Extraído do site Brasilgov, (2018).

Outro ponto relevante às políticas públicas no esporte e lazer, diz respeito a uma das principais barreiras encontradas pela população a quem as práticas esportivas se destinam, de forma geral, é aliar suas rotinas intensas e desgastantes das grandes cidades com as atividades, pois quando se tem uma jornada muito extensa de trabalho e uma família para sustentar com poucos recursos, o tempo e a disposição pesam negativamente. A possibilidade de lazer e fruição de tempo livre sempre vem depois das necessidades básicas como: alimentação, condições de sono e saúde. Com isso, se torna difícil integrar ou manter integradas as pessoas em hábitos esportivos permanentes, que poderiam servir como novas perspectivas para elas (MALINA; CESARIO, 2013).

O lazer tem que ser encarado como o produto do espaço social, que é comumente consumido por agentes externos, nesse caso, a população em geral. Quando essas políticas públicas de esporte e lazer não conseguem integrar as pessoas, elas não cumprem sua função social e muito menos legitimam os direitos legais previstos aos cidadãos pelas leis. Não alcançando assim, a capacidade de redução da desigualdade social, redistribuição econômica e isonomia de oportunidades (STAREPRAVO, 2011).

Assim, as ações públicas que visam à inserção da população em práticas de entretenimento necessitam de adaptação aos determinados grupos sociais aos quais se destinam. Servindo ao mesmo como um período de tempo onde as pessoas possam escapar das rotinas do dia a dia e criar um senso de pertencimento e inclusão.

A partir do momento que o esporte e lazer conseguem atingir um amplo alcance na sociedade, eles passam a ser um fator de integração e desenvolvimento humano. Pois, apesar de encontrar fortes barreiras no pensamento capitalista, o esporte tem que ser visto como produto da cultura e trabalho humano, como bem cultural através do desenvolvimento das práticas esportivas.



Dentro desse contexto, “não basta que o Brasil seja uma potência olímpica ou que o esporte seja um meio para retirar jovem da marginalidade, ou mesmo um modo de ascensão ou mobilidade social. É necessário algo diferente. O esporte pode, por exemplo, servir como meio de denúncia desses problemas globais” (MALINA E CESÁRIO, 2013, p.64).

### **3.2.2 - Estrutura e principais programas de esporte e lazer no Brasil**

Atualmente no Brasil, a unidade responsável pela criação e o desenvolvimento das políticas públicas e pela gestão do Esporte é a Secretaria Especial do Esporte, que faz parte do Ministério da Cidadania, dando à população, condições de acessibilidades às práticas esportivas no país, além de garantir a qualidade do esporte de alto rendimento. Por meio de uma rede hierárquica nacional integrada, a mesma procura inovar nos processos institucionais e no planejamento estratégico, dando mais efetividades às ações no Esporte e Lazer (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019).

De acordo com o Ministério da Cidadania (2019), quanto a sua missão “[...] a Secretaria Especial do Esporte é responsável por garantir o acesso da sociedade brasileira ao esporte, por meio de políticas públicas inclusivas e sustentáveis, com o objetivo de promover o desenvolvimento educacional, a valorização do atleta e o bem-estar físico, mental e social.”.

Bem como a sua visão: “[...] fazer do Brasil uma potência esportiva, por meio da valorização do atleta, do esporte educacional, da inclusão social e da gestão pública de excelência” (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019).

Hoje, o Ministério da Cidadania abrange a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, a Secretaria Especial da Cultura, além da Secretaria Especial do Esporte, tendo participação ativa na criação e continuidade de projetos relacionados a práticas esportivas, assim como democratização e transparência dessas atividades.

A Secretaria Especial do Esporte responde pelas diretrizes implantadas nos programas e projetos esportivos, educacionais, de lazer e de inclusão social no país. Entre os principais programas desenvolvidos, estão: O Programa Segundo Tempo, o Programa Esporte e Lazer na Cidade, o Programa de Realização e Apoio a Eventos de Esporte e Lazer, os Jogos dos Povos Indígenas, além da Rede CEDES (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019).

O Programa Segundo Tempo possui como escopo o contato de crianças e jovens matriculados em instituições públicas de ensino fundamental e médio com as práticas esportivas, ocupando o tempo ocioso delas e garantindo um aproveitamento do espaço educativo e ajudando a reduzir o risco de vulnerabilidade social em que eles estão expostos (GRIGORIO, 2016).

Outro programa de grande relevância nesse contexto é o Programa Esporte e Lazer na Cidade – PELC, que está dentro do plano de Políticas Públicas em Esporte e Lazer do Governo Federal. Com pretensão de unificar as três esferas (federal, estadual e municipal), mas com foco principal nos municípios, possui três características principais: ações sistemáticas nos núcleos, práticas assistemáticas e formação continuada de agentes sociais e professores envolvidos com o Esporte e Lazer (SUASSUNA, 2009).

Criado em 2003, o PELC conta hoje com dois tipos de núcleos: os Núcleos Urbanos e os Núcleos para Povos e Comunidades Tradicionais (estes voltados aos grupos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas e outros). O programa conta com atividades físicas e culturais que alcançam variadas faixas etárias, pessoas com deficiências e incentivam gestores e lideranças comunitárias (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019).

A Secretaria Especial do Esporte conta com outros projetos igualmente importantes no âmbito esportivo, o Programa de Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social e os Jogos dos Povos Indígenas são exemplos de ações que possuem o propósito de universalizar e qualificar o acesso das pessoas a práticas esportivas e de lazer no país. Além destes, a Rede CEDES, que será detalhada neste trabalho, constitui uma ação do Ministério da Cidadania com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico do Esporte e Lazer no país (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019).

### **3.2.3 – Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer - Rede CEDES**

Os dados e referências apresentados a seguir, utilizados na presente pesquisa, são, em sua maioria, oriundos do plano de ação de estruturação e funcionamento de centros de desenvolvimento de pesquisas em políticas de esporte e lazer da rede cedes.

Os Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer – Rede CEDES, foram implantados no ano de 2003 pelo extinto Ministério do Esporte, sendo gerenciados pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, em prol do fomento a estudos e pesquisas científicas e tecnológicas voltadas ao esporte no Brasil. Em 2004, se integrou ao grupo de ações do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), que trabalha no desenvolvimento do Esporte e Lazer, tanto científico quanto tecnológico. Hoje, atua vinculado ao Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (DEDAP), junto a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS).

A Rede CEDES trabalha junto a grupos de pesquisa vinculados a Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas sem fins lucrativos. Os eventos científicos e tecnológicos são estimulados por meio de periódicos (que registram e difundem o conhecimento adquirido nas áreas de Educação Física, Esporte e Lazer); de publicações (impressas e digitais que contribuem com o desenvolvimento nessas áreas); além do repositório da Rede (implantado pela Universidade Federal de Santa Catarina, gerenciando a produção científica, discutindo e publicizando as informações contidas nas pesquisas) (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019).

Entre as diretrizes da Rede CEDES podem ser citadas: O incentivo às políticas públicas de Esporte e Lazer e o conseqüente aperfeiçoamento dos programas e formação de agentes envolvidos; Compartilhamento de conhecimento produzido, dando mais democracia ao acesso à informação; além de encontros e ações de grupos e pesquisadores da área, gestores e comunidade (FERRARI, 2012).

Dessa forma, é nítida a contribuição que a Rede CEDES tem no processo de desenvolvimento de ações referentes ao Esporte e Lazer no país, seja através da produção científica e tecnológica na área, ou por meio da aproximação com os estados e municípios, democratizando e dinamizando os processos decisórios, ou mesmo em virtude de parcerias, a exemplo das articulações com o CEDIME – Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte e com os Centros de Memória e museus.

Em resposta a necessidade de uma maior aproximação dos entes federativos federais, estaduais e municipais, bem como uma maior inserção de estudos em Políticas Públicas relacionadas ao Esporte e Lazer, justifica-se as contribuições requeridas para o Estado do Rio Grande do Norte, principalmente pela carência de reflexões acerca do

tema no estado. Sendo, dessa forma, o Centro do Estado um contribuinte em termos de registros e compartilhamento de informações novas e enriquecimento da memória do Esporte e Lazer.

No Rio Grande do Norte, o Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer da Rede CEDES possui a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN como instituição responsável, além de Hassan Mohamed Elsangedy e Allyson Carvalho de Araújo como diretor da unidade e coordenador do centro, respectivamente.

Com a finalidade de suprir demandas de ações em Esporte e Lazer e promover um alcance cultural nessa discussão, cada vez mais se faz necessário elaborar e organizar produções e reflexões na área, propagando aprendizados e descobertas, além da preservação de fontes documentais e conservação da memória do tema.

Nesse sentido, cabe destacar diversas pesquisas de iniciativas de professores e pesquisadores do Estado que têm sido lançadas no tocante ao tema de Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Os trabalhos listados a seguir tratam dos benefícios e das dificuldades na implementação dessas ações, bem como suas finalidades de transformação social, além dos programas e projetos englobados nelas.

- Lazer nos programas sociais: uma construção interventiva (2007; PROPEG/IFRN– Coordenador: Prof. Dr. Marcus Vinicius de Faria Oliveira);
- “Desafios e possibilidades na relação da educação física com os projetos sociais na escola” (2010; Financiada pelo CNPq – coordenador: Prof. Dr. José Pereira de Melo);
- “O Programa Segundo Tempo (PST) para novos públicos: primeiras aproximações do PST universitário e para pessoa com deficiência” (2011; Financiada pelo ME/ REDE CEDES –Coordenador: Prof. Dr. Allyson Carvalho de Araújo);
- Lazer e esporte comunitário: articulando a formação na intervenção (2013; Financiada pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação/ Programa Institucional de Apoio à Pesquisa – CNPq - Coordenador: Prof<sup>o</sup> Dr. Marcus Vinicius de Faria Oliveira);
- A Copa do Mundo de 2014 na cidade de Natal/RN e os impactos e legados para o esporte no estado do Rio Grande do Norte (2014; Financiada pelo CNPq/ EDITAL ME.CNPq 091/2013 – Coordenador: Prof. Dr. Fábio Fonseca Figueiredo);
- Impactos Sociais das Políticas Públicas em Cultura, Esporte e Lazer no Alto Oeste Potiguar (2014; Edital 07/2014 DP/PROPEG/UERN – Coordenador: Prof. Dr. Bertulino José de Souza);

No tocante às instituições envolvidas com a Rede CEDES, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN está vinculada a Secretaria Especial do Esporte, acompanhando pedagógica e administrativamente algumas ações como Esporte da Escola (EE) e Programa Segundo Tempo (PST). Outra instituição que tem atuado junto a programas de incentivo ao Esporte e Lazer é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, principalmente no que diz respeito ao Programa Esporte e Lazer na Cidade – PELC.

A Rede CEDES tem em seu plano de ação, estruturação e funcionamento no Rio Grande do Norte o fomento e o debate às Políticas Públicas de Esporte e Lazer, por meios do seguinte objetivo central: A consolidação da rede no estado, através de produção de conhecimento em pesquisas e divulgação de informações que contribuem com a o melhoramento das ações públicas. Entre os objetivos específicos estão à criação de grupos de pesquisa com foco em humanidade, a abertura de espaço para debates e reflexão, socialização de conhecimento, documentação e preservação da memória do Esporte e Lazer no estado, atualização continuada de profissionais da área e mediação entre esses profissionais e pesquisadores interessados.

O Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e Lazer do Rio Grande do Norte é organizado a partir de cinco ações principais, a primeira ação está relacionada à gestão (agrega e coordena ações de grupos de pesquisa nos estudos de Políticas Públicas de Esporte e Lazer); a segunda ação se refere à pesquisa (tem como objetivo a construção da cartografia de Políticas Públicas em Esporte e Lazer desenvolvidas nos 167 municípios do estado) já a terceira ação é de extensão-estruturação/documentação (visa preservar e divulgar a memória do esporte, educação física e lazer do Rio Grande do Norte, tornando esses dados acessíveis à comunidade); a quarta ação está ligada a formação e ensino (ofertando formação e atualização para os gestores em Esporte e Lazer nos municípios do estado); já a quinta e última ação diz respeito à extensão (agregando pesquisas de grupos diferentes no que tange as Políticas Públicas de Esporte e Lazer e promovendo intercâmbios com professores e pesquisadores nacionais e internacionais).

Quanto às metas do centro, podem ser citadas as seguintes:

- Ampliação da Rede CEDES no Rio Grande do Norte com fins a atingir 90% dos grupos de pesquisa ligados a produção de conhecimento em Políticas Públicas de Esporte e Lazer;
- Criação de um centro de memória com vista à preservação da história da educação física, esporte e lazer no Rio Grande do Norte, iniciando pela documentação das Políticas Públicas em Esporte e Lazer no estado;
- Realizar uma Cartografia das políticas públicas com o registro da diversidade das experiências das ações de 100% dos municípios no Rio Grande do Norte;
- Qualificar 600 profissionais envolvidos com as Políticas Públicas de Esporte e Lazer no estado através da oferta de cursos, encontros, fóruns e congressos com conteúdo de gestão de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, e demais áreas do lazer;
- Produção de três livros (relatório e coletâneas), uma cartilha (curso de gestão) e um catálogo (Centro de Memória) nos dois primeiros anos de atuação do Centro.
- Criação de um fórum permanente de discussão das políticas públicas de esporte e lazer no Rio Grande do Norte, a partir das reuniões do Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Políticas de Esporte e de Lazer da Rede CEDES do Rio Grande do Norte;
- Consolidar o caráter cooperativo da pesquisa em esporte e lazer, agregando pesquisadores atuantes em 08 (oito) grupos de pesquisa distribuídos em 04(quatro) instituições com enfoques epistemológicos sobre os temas de interesses do Centro.

Visando um maior controle social, foi criada, no estado, uma plataforma virtual com informações acerca das informações obtidas, trabalhos realizados e propostas de pesquisa levantadas, além disso, foi criado um comitê gestor com pesquisadores da área, rotina de elaboração de relatórios submetidos ao centro, criação e divulgação das atividades desempenhadas pelos grupos e apresentação de resultados para fins de debates e democratização dos dados encontrados pelos profissionais. Todas essas ações tem interesse em acompanhar e avaliar melhor o andamento dos trabalhos desenvolvimentos pelo centro.

Para se ter uma eficiente gestão e articulação entre os grupos envolvidos nos projetos referentes a análise, documentação e fomento às Políticas Públicas em Esporte e Lazer no estado, decidiu-se criar um conselho gestor que mediará reuniões semestrais,

inclusive com a participação de gestores estaduais e municipais ligados ao Esporte e Lazer. Além disso, foi indicada uma entidade de controle social, representada pela Federação Norte Rio-grandense de Desporto Universitário.

No que diz respeito à equipe executora dos projetos do Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas Públicas de Esporte e Lazer do Rio Grande do Norte, foram designados pesquisadores responsáveis pelos grupos de pesquisa, articulando parcerias entre as Instituições de Ensino Superior do Estado.

Entre as Instituições parceiras estão a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, a Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Nesse sentido, foram definidos cronogramas a serem seguidos pelo Centro, bem como os custos que teriam no desempenho de todas as atividades programadas.

#### **4 – DELIMITAÇÃO DO ESTUDO**

A presente pesquisa abrange doze municípios da mesorregião do Oeste Potiguar, são eles: Apodi, Areia Branca, Assú, Baraúna, Felipe Guerra, Itajá, Mossoró, Pau dos Ferros, Portalegre, Serra do Mel, Tenente Ananias e Umarizal. Dentro da mesorregião do Oeste Potiguar existem sete microrregiões, sendo cinco delas representadas por municípios estudados neste trabalho.

As microrregiões pertencentes à Mesorregião do Oeste Potiguar e as respectivas cidades analisadas que fazem parte do estudo são: Chapada do Apodi (Apodi e Felipe Guerra), Médio Oeste, Mossoró (Areia Branca, Baraúna, Mossoró e Serra do Mel), Pau dos Ferros (Pau dos Ferros, Portalegre e Tenente Ananias), Serra de São Miguel, Umarizal (Umarizal) e Vale do Açú (Assú e Itajá) (IBGE, 2018).

Como mencionado anteriormente nesse trabalho, a delimitação do estudo se deu em razão das características verticais e horizontais do estado, ou seja, este possui traços de modernização e crescimento em alguns aspectos e traços culturais e particulares em outros (SANTOS, 2010). Além disso, é possível observar precariedade no Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios da mesorregião do Oeste Potiguar. Por isso,

optou-se por estudar municípios de uma mesma mesorregião, já que estão inseridos na mesma região geográfica, tendo influência sobre condições ambientais semelhantes.

O estado do Rio Grande do Norte possui a Secretaria Estadual de Esporte e Lazer – SEEL, que possui programas voltados à área em questão, bem como um calendário anual de eventos. Esta secretaria foi criada com o objetivo de desenvolver as ações governamentais em Esporte e Lazer, além de promover o bem-estar social e a cidadania (GOVERNO DO RN, 2018).

Quanto aos dados socioeconômicos, o estado possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.684, significativamente mais baixo que o do Brasil, que é de 0.761 (IPEA, 2018). Também possui vários indicadores sociais negativos em relação à média nacional, a exemplo da taxa de trabalho formal (48,8% a 59,2%), taxa de desocupação (14,3% a 12,5%), taxa de restrição à educação (35,2% a 28,2%), à proteção social (23,5% a 15,0%) e a serviços de saneamento básico (75,8% a 37,6%) (IBGE, 2018).

Assim como o estado em que se localizam, os municípios da mesorregião do Oeste Potiguar também sugerem uma configuração de dados contrastantes no que diz respeito às Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Apresentando cidades como Apodi, que possui um gestor com formação na área, mas não apresenta legislação própria, e municípios como Mossoró, onde não há um gestor formado na área, mas há indicações de convênios e parcerias no desenvolvimento de programas em Esporte e Lazer, bem como fins sociais nestes (IBGE, 2018).

Além disso, o Oeste Potiguar possui IDH de 0.610, tendo entre seus 62 municípios, apenas Mossoró com IDH considerado alto (acima de 0.700) no ranking do estado. Em contrapartida, mostra dezessete municípios com IDH considerado baixo (abaixo de 0.600) (ATLAS BRASIL, 2018).

Para Janczura (2012), as condições de vulnerabilidade social são provenientes de múltiplos fatores, como economia, taxas de emprego e renda e políticas públicas sociais. Quando a administração pública elabora políticas não inclusivas e não integradas, impedem as pessoas de ter desenvolvimento social e acesso pleno à cidadania, gerando principalmente cenários de carências sociais.

Dessa forma, considerando o cenário atual do Estado do Rio Grande do Norte e especificamente da mesorregião do Oeste Potiguar em seu aspecto socioeconômico, mostra-se significativo um estudo referente às ações públicas sociais, neste caso, às



políticas públicas direcionadas ao Esporte e Lazer e sua relação com o grau de vulnerabilidade social nos municípios.

Abaixo são mostradas referências sobre aspectos históricos e informações gerais sobre os municípios analisados, bem como suas localizações geográficas através de mapas ilustrativos.

## RIO GRANDE DO NORTE

FIGURA 3 - Mapa do Estado do Rio Grande do Norte



Fonte: Extraído do site do IBGE, (2018).

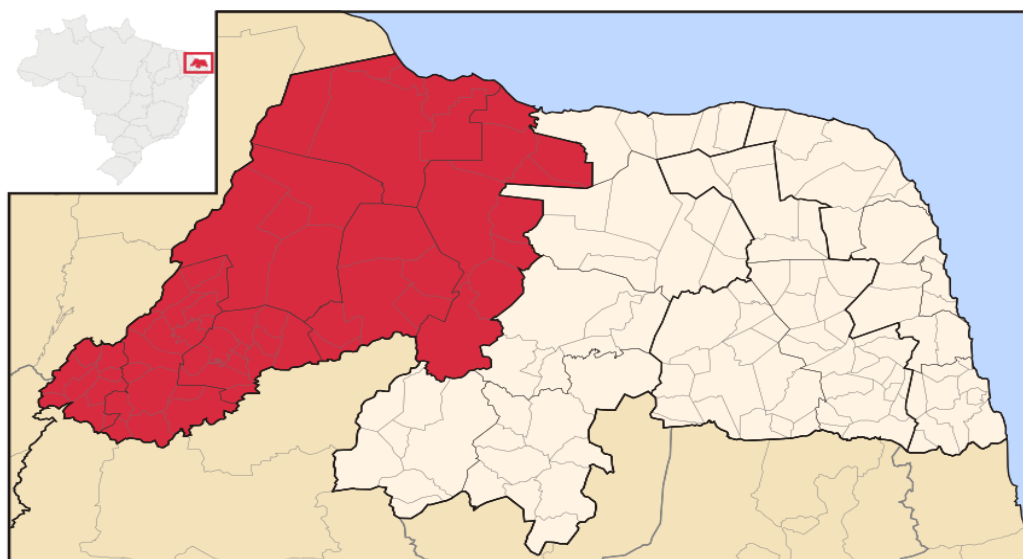
### DADOS GERAIS

O Estado do Rio Grande do Norte está localizado no extremo oriente do país, mais precisamente em sua região Nordeste, e ocupa algo em torno de 0,6% do território nacional e 3,4% do território nordestino. Atualmente é dividido em quatro mesorregiões, sendo elas: A mesorregião do Agreste Potiguar, a mesorregião Central Potiguar, a mesorregião Leste Potiguar e a mesorregião do Oeste Potiguar. (SANTOS, 2010).

Sua população é estimada em 3.373.959 habitantes, tendo uma densidade demográfica de 59,99 (hab./km<sup>2</sup>) e IDHM de 0,684 e um grau de urbanização de quase 78%, devido ao processo de urbanização dos últimos anos. Seus 167 municípios, incluindo sua capital Natal, estão distribuídos numa área de 52.811,047 (km<sup>2</sup>) (PORTAL GOVERNO DO RN, 2018).

## MESORREGIÃO DO OESTE POTIGUAR

FIGURA 4 - Mapa do RN com destaque para a Mesorregião do Oeste Potiguar



Fonte: Extraído do site do IBGE, (2018).

### DADOS GERAIS

A mesorregião do Oeste Potiguar contempla sessenta e dois municípios, é a segunda mais importante e também segunda mais populosa do Estado, ficando atrás apenas da mesorregião do Leste Potiguar. Seu território é subdividido nas microrregiões de Umarizal, Chapada do Apodi, Médio Oeste, Serra de São Miguel, Pau dos Ferros, Vale do Açu e Mossoró, sendo esta última a mais importante (SANTOS, 2010).

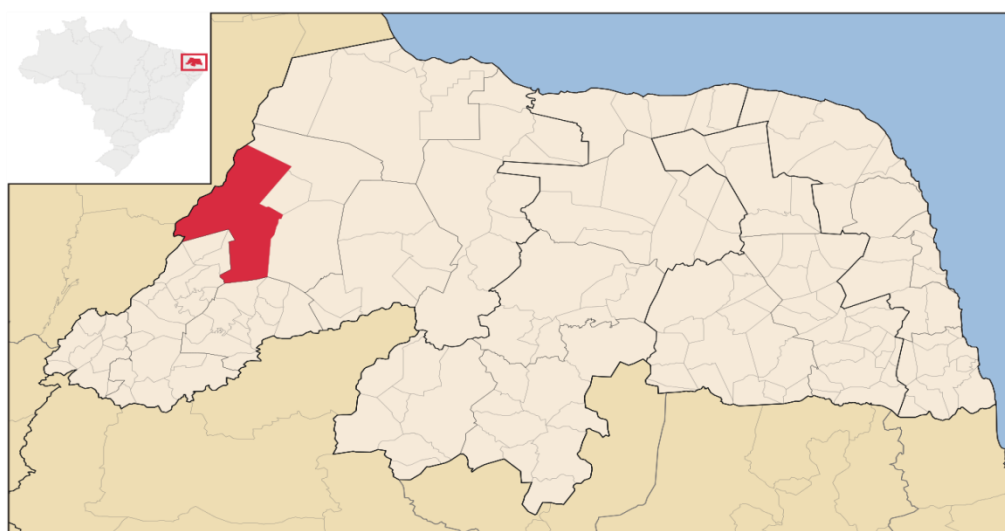
Possui uma área de 21.167,130 km, além de uma população de 904.848 habitantes e densidade demográfica de 41.7 hab.km<sup>2</sup>, possuindo como regiões limítrofes a mesorregião Central Potiguar, o Sertão Paraibano, a mesorregião Centro Sul Cearense e o município de Jaguaribe – CE. Seu PIB é de R\$ 3.674.815.647,00 e seu PIB per capita é de R\$ 4.841,53 (IBGE, 2018).

A Microrregião da Chapada do Apodi possui uma área de cerca de 4.095,443 km<sup>2</sup> e uma população aproximada de 72.048 hab., abarcando os municípios de Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado. A microrregião de Mossoró possui uma área de 4.198,951 km<sup>2</sup> e uma população de 296.189 hab., contendo os municípios de Areia Branca, Baraúna, Grossos, Mossoró, Serra do Mel e Tibau. Já a microrregião da Serra de São Miguel possui uma área de 971,871 km<sup>2</sup> e uma população de 61.370 hab., contempla os municípios de Água Nova, Coronel João Pessoa, Doutor

Severiano, Encanto, Luís Gomes, Major Sales, Riacho de Santana, São Miguel e Venha-Ver. No tocante a Microrregião do Vale do Açu, sua área é de aproximadamente 4.708,834 km<sup>2</sup> e uma população de 38.972 habitantes, contemplando os municípios de Assú, Alto do Rodrigues, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Jucurutu, Pendências, Porto do Mangue e São Rafael. A Microrregião do Médio Oeste possui uma área equivalente a 2.898,325 km<sup>2</sup>, uma população de 38.972 habitantes, representando os municípios de Augusto Severo, Janduís, Messias Targino, Paraú, Triunfo Potiguar e Upanema. A Microrregião de Pau dos Ferros possui uma área de 2.672,604 km<sup>2</sup> e uma população de 116.160 hab., contendo em sua extensão os municípios de Alexandria, Francisco Dantas, Itaú, José da Penha, Marcelino Vieira, Paraná, Pau dos Ferros, Pilões, Portalegre, Rafael Fernandes, Riacho da Cruz, Rodolfo Fernandes, São Francisco do Oeste, Severiano Melo, Taboleiro Grande, Tenente Ananias e Viçosa. Por fim, a microrregião de Umarizal possui uma área em torno de 1.162,102 km<sup>2</sup> e uma população de 62.447 hab., abarcando os municípios de Almino Afonso, Antônio Martins, Frutuoso Gomes, João Dias, Lucrécia, Martins, Olho-d'água dos Borges, Patu, Rafael Godeiro, Serrinha dos Pintos e Umarizal. (NETO, 2007).

## MUNICÍPIO DE APODI

FIGURA 5 - Mapa do RN com destaque para o município de Apodi



Fonte: Extraído do site do IBGE, (2018).

## DADOS GERAIS

A palavra Apodi possui origem indígena, vem de a-poti ou a-podi e significa coisa firme. O território em que hoje se situa o município de Apodi fora desbravado pelo almirante espanhol Alonso de Hojeda, juntamente com seus companheiros Américo Vespúcio e João de La Cosa no ano de 1499, no entanto, a colonização da região é atribuída principalmente aos irmãos João Nogueira Ferreira e Manoel Nogueira Ferreira, que se dedicaram a atividade agropecuária nas terras (NETO, 2007).

Fundada em 19 de Abril de 1680, se encontra localizada no Estado do Rio Grande do Norte, na mesorregião do Oeste Potiguar e mais especificamente na microrregião da Chapada do Apodi, ficando a 342 km de distância de Natal, capital do Estado. Faz divisa com os municípios de Governador Dix-Sept Rosado e Felipe Guerra ao Norte, Caraúbas ao Leste, Severiano Melo, Itaú, Riacho da Cruz e Umarizal ao Sul e Tabuleiro do Norte – CE, Alto Santo – CE e Potiretama – CE ao Oeste (PREFEITURA DE APODI, 2018).

A cidade possui hoje uma população estimada em 36.323 pessoas, distribuídas em uma área de 1.602,477 km<sup>2</sup>, contando com uma densidade demográfica de 21,69 hab/km<sup>2</sup>, possui ainda um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,639 e um PIB per capita de R\$ 11.691,55. (IBGE, 2018).

## MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA

FIGURA 6 - Mapa do RN com destaque para o município de Areia Branca



Fonte: Extraído do site do IBGE, (2018).

## DADOS GERAIS

O município de Areia Branca se localiza no litoral do Estado do Rio Grande do Norte, integrando a mesorregião do Oeste Potiguar e a microrregião de Mossoró, interliga a diversos municípios do Estado do Rio Grande do Norte e também do Ceará, fica a 47 km de Mossoró, 287 km de fortaleza e 225 km de Natal (IBGE, 2018).

Em sua história, as primeiras incursões no seu território foram feitas entre os anos de 1604 e 1630, por portugueses e holandeses vislumbrados pelo alto grau de salinação existente no território e nos terrenos da marinha às margens do rio Mossoró. No decorrer dos anos, chegou a pertencer aos municípios de Assú, Apodi e até mesmo a Mossoró. Com a Lei providencial nº 656 de 5 de dezembro de 1872, o território passou a categoria de Distrito de Paz de Areia Branca (NETO, 2007), somente em 31 de Março de 1892, pouco tempo depois de ter sido reconhecida como vila, o território Areia Branquense se viu instalado como município, devido a criação da câmara municipal com a solenidade da escolha do presidente da intendência e os intendentess municipais nomeados (PREFEITURA DE AREIA BRANCA, 2018).

Atualmente, os dados mostram uma cidade com uma população estimada em 27.401 pessoas, dispostas em uma área de aproximadamente 331,156 km<sup>2</sup>, com uma densidade demográfica de 70,79 hab/km<sup>2</sup>. O município possui ainda um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,682 e um PIB per capita de R\$ 24.205,18. (IBGE, 2018).

Têm como ponto forte em sua economia, principalmente o petróleo, o sal e o pescado. O petróleo, tido como o ouro preto da cidade é responsável por uma significativa fonte de arrecadação através dos Royalties pagos pela Petrobrás, o município é um dos maiores produtores de petróleo em terra do Brasil. O sal, conhecido como ouro branco, devido a sua grande contribuição para o crescimento econômico da região, através do Terminal Salineiro de Areia Branca Luiz Fausto Medeiros, mais conhecido como Porto Ilha, inaugurado em 02 de setembro de 1974, localizando-se a 14 km da costa de Areia Branca e a 330 km de Natal. Nele é movimentada a produção de sal oriundas de Mossoró, Macau e da própria Areia Branca. Já com relação à pesca, ela é feita de forma artesanal, através de embarcações de pequeno e médio porte, utilizadas por pescadores para a atividade de subsistência ou para a venda (PREFEITURA DE AREIA BRANCA, 2018).

## MUNICÍPIO DE ASSÚ

FIGURA 7 - Mapa do RN com destaque para o município de Assú



Fonte: Extraído do site do IBGE, (2018).

### DADOS GERAIS

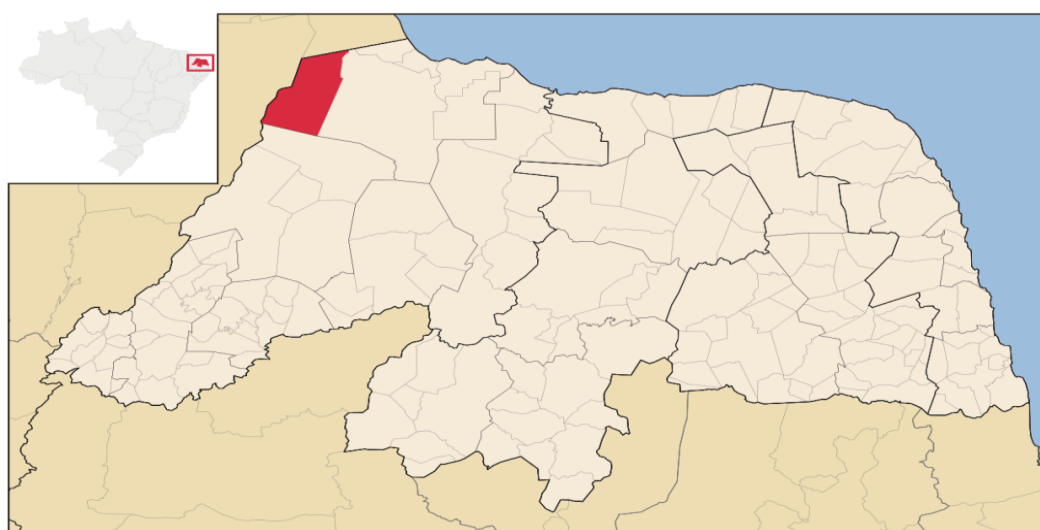
Tendo sua criação datada do ano de 1725, Assú é a cidade mais antiga do interior do estado, sua história remonta a meados do século XVII, onde inicialmente era habitado pelos índios janduís. Quando no final do século 17, o então governador da capitania do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo comandou uma expedição à ribeira do Assú, onde fundou o arraial de Nossa Senhora dos Prazeres. Com o crescimento das atividades de agricultura e pecuária com o passar dos anos, a região passou a ser considerada importante no setor comercial. O nome da cidade provém da palavra *Taba-Assu*, que no Tupy-Guarany significa aldeia grande (NETO, 2007).

Sendo um município pertencente à mesorregião do Oeste Potiguar e à microrregião do Vale do Açu, a cidade está fincada no sertão potiguar, distante 207 km da capital do estado. Apresenta um clima tipicamente quente, com temperaturas médias por volta dos 27° C. Seus limites se dão com as cidades de Serra do Mel e Carnaubáis (ao Norte), Paraú, Jucurutu e São Rafael (ao Sul), Alto do Rodrigues, Afonso Bezerra, Ipanguaçu e Itajá (ao Leste) e Mossoró e Upanema (ao Oeste). O município de Assú tem atualmente como fontes de renda principais a pesca e a fruticultura, sendo uma das principais cidades em importância na economia potiguar (PREFEITURA DE ASSU, 2018).

Com uma população de 58.183 habitantes, desses, aproximadamente 75% vive na zona urbana e 25% na zona rural (PREFEITURA DE ASSU), em uma área total de 1.303,442 km<sup>2</sup> e com uma densidade demográfica de 40,84 hab./km<sup>2</sup>, a cidade de Assú tem ainda um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM de 0.661 e um PIB per capita de R\$ 15.307,96 (IBGE, 2018).

## MUNICÍPIO DE BARAÚNA

FIGURA 8 - Mapa do RN com destaque para o município de Baraúna



Fonte: Extraído do site do IBGE, (2018).

### DADOS GERAIS

Baraúna tem seu nome oriundo da madeira preta *Ibirá-Una*, *melanoxinon baraúna*, e foi durante muitos anos parte do território de Mossoró, tornando-se emancipado apenas em 15 de dezembro de 1981, sendo atualmente um dos municípios mais jovens do Brasil. Sua economia é sustentada principalmente pela agropecuária, através de cultivo de milho, mandioca e feijão, além da criação de gado de leite (NETO, 2007).

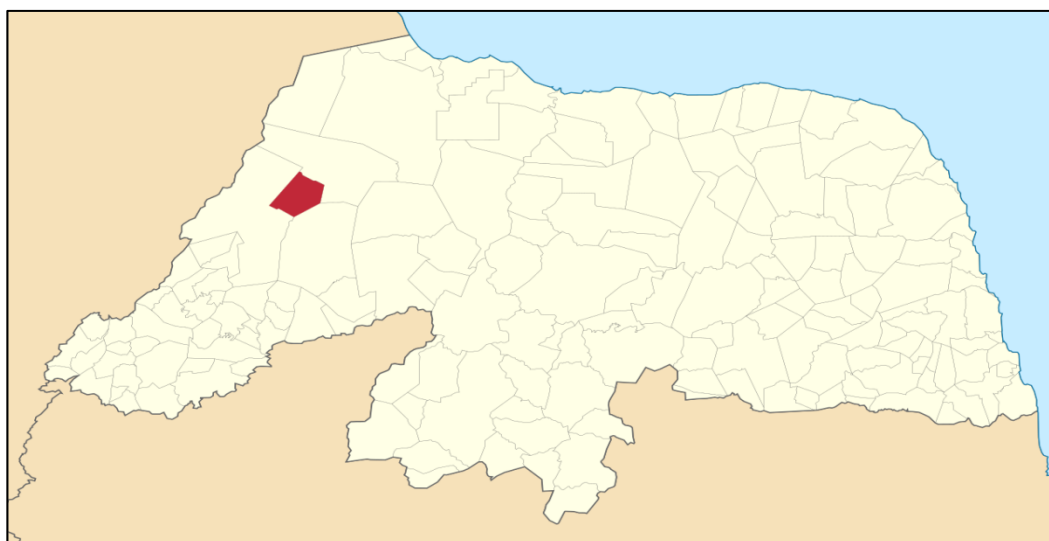
O município potiguar está localizado na mesorregião Oeste e na microrregião de Mossoró, estando a cerca de 35 km da mesma e a 317 km da capital Natal. Fica a uma latitude 05°04'48" sul e longitude 37°37'00" oeste, e a uma altitude de 94 metros e faz divisa com a cidade de Mossoró (a leste), Governador Dix-Sept Rosado (ao sul), além

de Aracati (ao norte) e Quixeré e Jaguaruana (a oeste), estas três últimas localizadas no Estado do Ceará (PREFEITURA DE BARAÚNA, 2018).

Sua população é estimada em 28.085 habitantes, sendo a área de seu município equivalente a 825,682 km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 29,29 hab./km<sup>2</sup>. Seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é de 0,574 e seu PIB per capital gira em torno de R\$ 20.991,01 (IBGE, 2018).

## MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA

FIGURA 9 - Mapa do RN com destaque para o município de Felipe Guerra



Fonte: Extraído do site do IBGE, (2018).

### DADOS GERAIS

O município de Felipe Guerra foi criado pela Lei n° 1017, de 11 de dezembro de 1953, um ano depois, teve sua criação anulada pelo STF e restaurada em 18 de setembro de 1963. Antes pertencente à cidade de Apodi, se localiza na região conhecida como Pedra D'abelha, chamada assim por causa dos blocos de calcário que abrigavam enxames de abelhas. A cidade possui esse nome em homenagem a Felipe Néri de Brito Guerra, figura importante no estado, foi promotor, juiz, desembargador, secretário de educação e deputado, em sua vida pública, trabalhou principalmente no combate à seca na região (NETO, 2007).

Localizado na mesorregião do Oeste Potiguar e na microrregião da Chapada do Apodi, sua população está em torno de 5.734 habitantes, dispostos em uma área total de



268 km<sup>2</sup>, sendo 73% alfabetizados. Suas principais atividades econômicas são a agropecuária, o turismo, o gás natural, o extrativismo e o comércio. Além disso, é o município que possui a maior quantidade de cavernas no estado, são mais de 200, como destaque para as do Lajedo do Rosário, Caverna da Rainha e do Abissal (PREFEITURA DE FELIPE GUERRA, 2018).

## MUNICÍPIO DE ITAJÁ

FIGURA 10 - Mapa do RN com destaque para o município de Itajá



Fonte: Extraído do site do IBGE, (2018).

### DADOS GERAIS

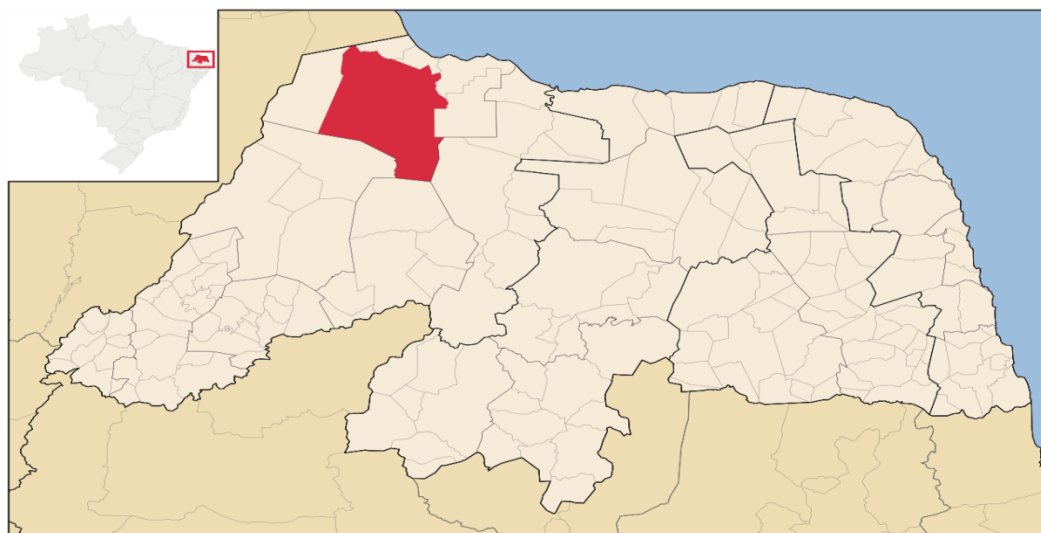
Com criação datada de 1992, Itajá é um dos municípios mais novos do Rio Grande do Norte, tem sua história vinculada aos municípios de Ipanguaçu e Assú pela proximidade. A cidade possui clima quente e seco e vegetação coberta por duas associações características: carnaubais e caatinga com as suas cactáceas (xiquexique, pereiro, mufumbo), entre outras espécies (NETO, 2007).

Itajá possui sua economia baseada principalmente na agropecuária e no polo cerâmico. Quanto ao primeiro, destaca-se na produção de feijão, milho, melancia e jerimum e na criação de bovinos, ovinos, caprinos e suínos, nessa ordem. Com relação ao polo cerâmico, este é responsável por 75% da população ativa do município, exportando telhas, tijolos e lajotas principalmente para Natal, mas também para outros estados, como Paraíba e Pernambuco. O município se localiza na microrregião do Vale

do Assú, possuindo uma população de 6.952 habitantes e uma área territorial de 204 km<sup>2</sup> (PREFEITURA DE ITAJÁ, 2018).

## MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

FIGURA 11 - Mapa do RN com destaque para o município de Mossoró



Fonte: Extraído do site do IBGE, (2018).

### DADOS GERAIS

Mossoró é um município que está localizado no interior do Estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente na mesorregião do Oeste Potiguar e na microrregião homônima, está a 278 km de Natal, capital do Estado. Considerada a capital do Oeste Potiguar e cultural do Estado, e também como a “Terra do sol, do sal e do petróleo”, é lembrada principalmente por acontecimentos históricos como o primeiro voto feminino da América Latina, a libertação dos escravos antes mesmo da Lei Áurea, a expulsão do bando de Lampião e o motim das mulheres. (PREFEITURA DE MOSSORÓ, 2018).

O espaço em que hoje se localiza a cidade de Mossoró teve como primeiros habitantes os índios Monxorós, daí vem o nome que originou a cidade, embora existam afirmações de que o nome se deu em razão de uma árvore resistente do norte chamada de Mororó. Para alguns historiadores, como Segundo Luiz da Câmara Cascudo, já havia intensas atividades de extração de sal por parte dos holandeses. Com o passar dos anos,

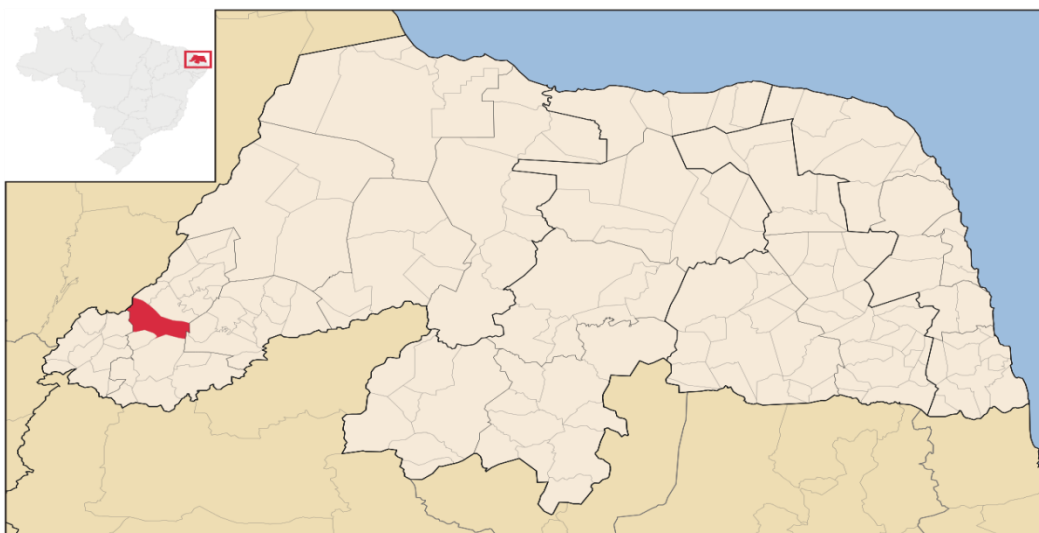
essa região foi elevada a categoria de vila e posteriormente, mais precisamente em 9 de Setembro de 1870, através da Lei nº 620, recebeu foros de cidade (NETO, 2007).

Com uma população de aproximadamente 295.619 pessoas e uma área estimada em 2.099,333 km<sup>2</sup> é a segunda maior e também segunda mais populosa cidade do Estado. Possui densidade demográfica de 123,76 hab./ km<sup>2</sup>, índice de desenvolvimento humano (IDHM) de 0,720 e um PIB per capita de R\$ 20.983,80 (IBGE, 2018).

Atualmente, Mossoró é tida como um polo comercial dentro do Estado e principal cidade da mesorregião do Oeste Potiguar, através da quantidade diversificada de produtos e serviços, influenciando inclusive, o crescimento de municípios próximos. Todavia, o fato da cidade de Mossoró estar fortemente ligada a natureza comercial e industrial como fonte de desenvolvimento não garante obrigatoriamente uma melhora de bem-estar para sua população, principalmente pelo fato de o produto da geração de riquezas não ser compartilhado e se concentrar nas mãos de poucos. (SANTOS, 2010)

## MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS

FIGURA 12 - Mapa do RN com destaque para o município de Pau dos Ferros



Fonte: Extraído do site do IBGE, (2018).

### DADOS GERAIS

Pau dos Ferros conta com uma população estimada em 30.452 habitantes, uma área de 259,959 km<sup>2</sup> e uma densidade demográfica de 106,73 hab./km<sup>2</sup>. Seu Índice de

Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é 0,678 e seu PIB per capita é de R\$ 13.451,82. (IBGE, 2018).

O município, que teve suas terras habitadas inicialmente por indígenas da tribo dos Cariris ou Paratis, originários da Paraíba. Sendo que as primeiras aparições de civilização datam do final do século XVII, através das ribeiras dos rios Piranhas e Apodi. Conta à história que a árvore que ficou conhecida pelo nome de Pau dos Ferros e que deu nome a cidade, era uma oiticica que servia de meio para os vaqueiros que transitavam na região escreverem o nome de suas fazendas em ferro e brasa, no intuito de torna-las conhecidas. O povoado, que fazia parte do município de Portalegre, foi elevado a categoria de vila pela resolução provincial n° 344, de 4 de setembro de 1856, e posteriormente transformado em cidade, pela Lei n° 593, em 2 de dezembro de 1924. (NETO, 2007).

Com uma média de temperatura que varia entre 29°C e 36°C, possui um clima tipicamente semiárido, Pau dos Ferros está localizado na zona serrana, mais precisamente na mesorregião do Oeste Potiguar e na microrregião homônima ao nome da cidade. Está distante 392 km da capital do estado e 152 km de Mossoró (PREFEITURA DE PAU DOS FERROS, 2018).

## MUNICÍPIO DE PORTALEGRE

FIGURA 13 - Mapa do RN com destaque para o município de Portalegre



Fonte: Extraído do site do IBGE, (2018).

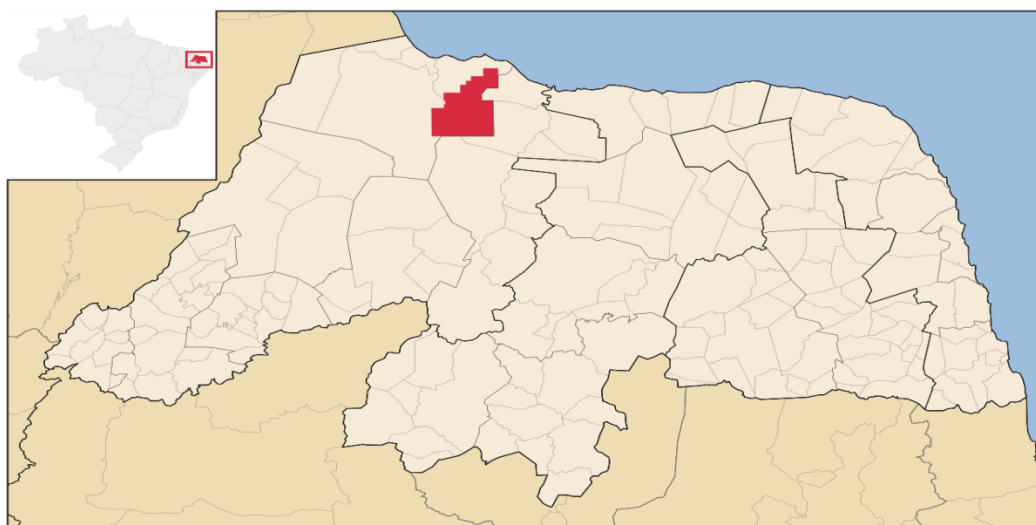
## DADOS GERAIS

Portalegre foi fundada como vila em 9 de dezembro de 1761, sendo até então habitada por europeus, brancos e índios. Essa região cresceu, e com tempo foram desmembradas terras que iriam originar os municípios de Apodi, Pau dos Ferros, Francisco Dantas, Riacho da Cruz, Rodolfo Fernandes e Viçosa. Foi elevada ao status de município em 11 de Abril de 1833 (NETO, 2007).

Está localizada na microrregião de Pau dos Ferros, com população estimada em 7.861 habitantes, área territorial de 110,054 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 66,51 hab/km<sup>2</sup>. Tem o turismo como principal meio de desenvolvimento do município, possuindo trilhas, nascentes de águas naturais e cristalinas e formações rochosas, além da culinária regional que tem ganhado destaque (PREFEITURA DE PORTALEGRE, 2018).

## MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL

FIGURA 14 - Mapa do RN com destaque para o município de Serra do Mel



Fonte: Extraído do site do IBGE, (2018).

## DADOS GERAIS

A região onde hoje se localiza a cidade de Serra do Mel era conhecida pelos caçadores por esse nome, devido à quantidade de mel produzida pelas abelhas da região. O povoamento se deu com a implantação de um projeto de colonização surgido em 1970 e colocado em prática em 1972, pelo então governador Cortez Pereira. Dividido

em vilas comunitárias, principalmente pela localização numa área onde o litoral e o sertão se encontram, sua economia cresceu através do cultivo da terra, merecendo destaque o comércio de castanha de caju. O município foi criado através da lei nº 803 na data de 13 de maio de 1988, sendo desmembrado das cidades de Carnaubais, Areia Branca, Mossoró e Assú (NETO, 2007).

Serra do Mel está localizada no Estado do Rio Grande do Norte, na mesorregião do Oeste Potiguar e na microrregião de Mossoró, faz divisa com Areia Branca (ao Norte), Carnaubais e Assú (ao Sul), Porto do Mangue (ao Leste) e Mossoró (ao Oeste) e está a 320 km da capital Natal. Possui clima semiárido quente e está a uma altitude de 215 metros (PREFEITURA DE SERRA DO MEL, 2018).

A cidade possui uma população estimada em 11.838 habitantes, em uma área de 620, 241 km<sup>2</sup>, com uma densidade demográfica de 16,69 hab/km<sup>2</sup>. Seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é de 0,614 e seu PIB per capita é de R\$ 9.217,11 (IBGE, 2018).

## MUNICÍPIO DE TENENTE ANANIAS

FIGURA 15 - Mapa do RN com destaque para o município de Tenente Ananias



Fonte: Extraído do site do IBGE, (2018).

## DADOS GERAIS

Tenente Ananias possui uma população estimada em 10.814 habitantes, uma área de 223, 671 km<sup>2</sup> e uma densidade demográfica de 44,19 hab/km<sup>2</sup>. Contando ainda

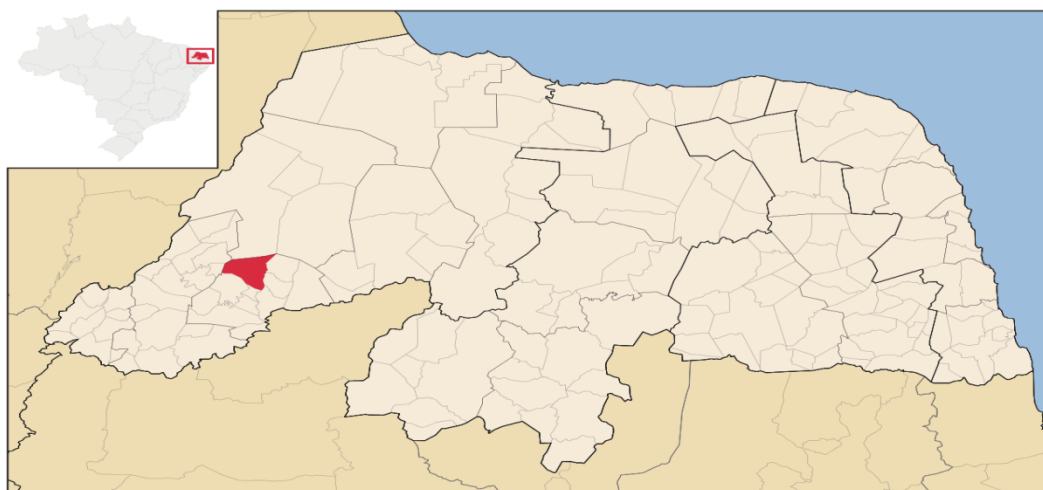
com um PIB per capita de R\$ 7.094,78 e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM de 0,592 (IBGE, 2018).

Sua criação se deu a partir de doações de terras de duas famílias, os Queiroz e os Moreira Nascimento, para a construção da igreja matriz de um pequeno povoado, em 1944. O povoado, que pertencia ao município de Alexandria, passou a crescer e se tornar importante na região, principalmente devido ao minério abundante. Já em 23 de março de 1963, o povoado se emancipou de Alexandria e foi criado oficialmente o município de Tenente Ananias (NETO, 2007).

O município que primeiramente tinha sido nomeado por Ipueira ou Bom Jesus do Passo recebeu o nome atual em homenagem ao combatente e tenente das forças armadas do Brasil, Ananias Gomes da Silveira (1863-1950), está localizado na mesorregião do Oeste Potiguar e na microrregião de Pau dos Ferros, região do Alto Oeste do estado do Rio Grande do Norte. Estando 413 km distante de Natal e se limitando com o município de Marcelino Vieira (ao Norte), Lastro - PB e Vieirópolis - PB (ao Sul), Santa Cruz – PB e Alexandria (a Leste), Paraná e José da Penha (a Oeste). Sua região é atravessada pelo rio São Brás, estando localizado na bacia hidrográfica do rio Apodi/Mossoró. Possui um clima semiárido quente, com média anual de 25,8°C (PREFEITURA DE TENENTE ANANIAS, 2018).

## MUNICÍPIO DE UMARIZAL

FIGURA 16 - Mapa do RN com destaque para o município de Umarizal



Fonte: Extraído do site do IBGE, (2018).

## DADOS GERAIS

A região que compreende o município de Umarizal iniciou o seu povoamento em meados do século XVIII, com o passar dos anos, a economia estimulada pelos moradores das terras às margens do rio Gavião começou a ganhar notoriedade. Com o progresso e desenvolvimento da região, em outubro de 1938 passou a categoria de vila e em 30 de dezembro de 1943, passou a se chamar Umarizal, e posteriormente, em 27 de novembro de 1958, pela lei estadual nº 2312, eleva-se a categoria de município, se desmembrando da cidade de Martins. (NETO, 2007).

A cidade possui hoje uma população de 10.781 habitantes, uma área de 213,584 km<sup>2</sup> e uma densidade demográfica de 49,91 hab/km<sup>2</sup>. Seu PIB per capita é de R\$ 10.197,78 e seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é de 0,618 (IBGE, 2018).



## **5 – METODOLOGIA**

### **5.1 – Caracterização da Pesquisa**

Trata-se de uma pesquisa predominantemente descritiva, quanto ao objetivo e complexidade da sua estrutura, pois retrata o objeto estudado, buscando uma relação entre variáveis definidas no tema central. Esse método de pesquisa tem sua escolha justificada, pois se busca uma discussão de uma relação entre diferentes aspectos estudados, sendo assim, o método indicado para esse tipo de estudo. Nas palavras de Vergara, a pesquisa descritiva se refere a:

Exposição das características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode ampliar-se para o estabelecimento de correlações entre fatores ou variáveis ou, ainda, para definição da natureza de tais correlações. Não tem, contudo, o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora possa servir de base para tal explicação. (VERGARA, 1990, p. 05).

Quanto à abordagem da pesquisa, ela pode ser mais bem definida como sendo qualitativa, pois se preocupa com o aprofundamento da compreensão social sobre o tema e possui a análise do pesquisador sobre o objeto estudado (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

### **5.2 – Coleta de Dados**

Gerhardt e Silveira (2009) caracterizam a fase da coleta de dados como uma das etapas importantes de uma pesquisa, para eles o autor da pesquisa precisa confrontar o modelo de análise com os dados coletados, através de perguntas referentes a o que deve ser coletado, onde deve ser coletado e como deve ser coletado.

Respondendo conjuntamente aos três questionamentos, os dados deste estudo foram coletados através de uma análise documental de duas principais variáveis, o Índice de Vulnerabilidade Social dos doze municípios estudados da região do Oeste Potiguar, por meio da plataforma online do IPEA, bem como as informações referentes ao eixo três do questionário da Rede CEDES aplicado aos gestores municipais referentes às políticas públicas em Esporte e Lazer nos mesmos municípios.

Vale salientar que esta forma de coleta de dados utilizada no presente estudo se deu em razão de sua própria formação metodológica, ou seja, considerando as hipóteses

objetivas e subjetivas do trabalho, bem como os dados pertinentes às dimensões da pesquisa, além da análise relacional entre as variáveis que se pretende fazer posteriormente.

### **5.2.1 – Índice de Vulnerabilidade Social (IPEA)**

Os dados relativos ao Índice de Vulnerabilidade Social nos municípios estudados foram coletados através do banco de dados online do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Detalhando as três dimensões (infraestrutura urbana, capital humano e trabalho e renda), utilizadas no cálculo final do índice dos municípios, bem como os indicadores classificados para cada dimensão (IPEA, 2018).

### **5.2.2 – Dados dos Questionários da Rede CEDES**

Na coleta, considerou-se a dimensão três do questionário da Rede CEDES aplicado aos gestores municipais vinculados ao Esporte e Lazer nos municípios no ano de 2016, que trata especificamente sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer (Programas, Projetos e Eventos). As questões levantadas neste eixo dizem respeito a existências de projetos descritivos em Esporte e Lazer, a instância responsável por eles, o público alvo atingido, a quantidade de programas, como eles são financiados, a variedade de atividades ofertadas, a frequência e duração de atendimento, frequência de reuniões pedagógicas, existência de coordenação, planejamento e avaliação, além da forma de divulgação das políticas públicas.

### **5.3 – Tratamento dos Dados**

O exame dos dados foi realizado por meio de uma análise de conteúdo, técnica de pesquisa metodológica com características de objetividade, sistematização e inferência. Adequada, segundo Gerhardt e Silveira (2009), para melhor descrever indicadores de análises documentais. Primeiramente, foi feita uma pré-análise dos dados (selecionando o material que seria analisado), posteriormente foi feita a exploração do material (fazendo o recorte e codificação das informações, dividindo-as em categorias), por fim, os resultados foram interpretados a luz da teoria estudada.

Para os dados referentes às políticas públicas de Esporte e Lazer foi utilizada uma adaptação do modelo de utilidade de multiatributos, que segundo Carvalho (2005), pode ser usado na análise de diferentes dimensões. Optou-se pela utilização desta ferramenta para dar um viés mais analítico à análise dos dados, com atributos pré-definidos na mensuração das variáveis. De forma mais detalhada, os resultados dos indicadores dos pontos do questionário da Rede CEDES para cada município foram tabelados e multiplicados por atributos pré-definidos e por fim ranqueados de acordo com a situação de cada município em políticas públicas de Esporte e Lazer.

## 6 - RESULTADOS

### 6.1 - Índice de Vulnerabilidade Social

A seguir, são apresentados os dados relativos ao Índice de Vulnerabilidade Social – IVS dos doze municípios estudados nesta pesquisa. Estes dados foram coletados a partir das informações presentes no atlas de vulnerabilidade social do IPEA, através do levantamento do Censo do ano de 2010, o mais recente realizado, além dos dados do PNAD, considerando três eixos: Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho.

#### Índice de Vulnerabilidade Social do Município de Apodi

O município de Apodi registrou no Censo do ano de 2010 um Índice de Vulnerabilidade Social de 0.358 na escala do IPEA, resultado das médias do IVS Infraestrutura Urbana que foi de 0.151, do IVS Capital Humano de 0.433 e do IVS Renda e Trabalho que ficou em 0.490.

Sendo 10.18% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados; 0.22% da população vivendo em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo e 3.28% de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010)<sup>1</sup> e que gastam mais de uma hora até o trabalho. Estes dados dizem respeito aos indicadores da dimensão Infraestrutura Urbana.

Os indicadores da dimensão Capital Humano registraram os seguintes quantitativos: 27.30 de taxa de mortalidade até um ano de idade em cada mil nascimentos; 48.99% de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola; 2.83% de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola; 2.84% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos; 11.04% de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade; 23.91 de taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (Razão entre a população de 15 anos ou mais analfabeta e o total de pessoas nessa faixa etária (multiplicada por 100); 39.05% de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem ensino fundamental completo e 19.28% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não

---

<sup>1</sup> O salário mínimo de 2010 mencionado no texto era referente ao valor de R\$ 510,00 reais. Esse valor foi utilizado como base no cálculo do terceiro indicador da dimensão Infraestrutura Urbana, no oitavo indicador da dimensão Capital Humano e primeiro e quarto indicadores da dimensão Renda e trabalho.

trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo.

Para os indicadores referentes à dimensão Renda e Trabalho, os valores obtidos mostram que o município registra 58.37% das pessoas possuindo renda domiciliar per capita igual ou inferior a ½ salário mínimo; 9.54 de taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade; 56.29% de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal; 4.94% de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e dependentes de idosos, além de 7.36 de taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade (Razão das pessoas de 10 a 14 anos de idade economicamente ativas e o total de pessoas nesta faixa etária, multiplicada por 100).

#### Índice de Vulnerabilidade Social do Município de Areia Branca

O município de Areia Branca registrou no Censo do ano de 2010 um Índice de Vulnerabilidade Social de 0.318 na escala do IPEA, resultado das médias do IVS Infraestrutura Urbana que foi de 0.123, do IVS Capital Humano de 0.363 e do IVS Renda e Trabalho que ficou em 0.469.

Sendo 7.72% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados; 0.77% da população vivendo em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo e 2.72% de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho. Estes dados dizem respeito aos indicadores da dimensão Infraestrutura Urbana.

Os indicadores da dimensão Capital Humano registraram os seguintes quantitativos: 20.10 de taxa de mortalidade até um ano de idade em cada mil nascimentos; 47.94% de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola; 0.65% de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola; 4.04% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos; 6.33% de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade; 16.31 de taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (Razão entre a população de 15 anos ou mais analfabeta e o total de pessoas nessa faixa etária (multiplicada por 100)); 30.73% de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem ensino fundamental completo e 18.61% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo.

Para os indicadores referentes à dimensão Renda e Trabalho, os valores obtidos mostram que o município registra 42.96% das pessoas possuindo renda domiciliar per capita igual ou inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; 13.89% de taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade; 41.35% de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal; 5.54% de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e dependentes de idosos, além de 4.80 de taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade (Razão das pessoas de 10 a 14 anos de idade economicamente ativas e o total de pessoas nesta faixa etária, multiplicada por 100).

#### Índice de Vulnerabilidade Social do Município de Assú

O município de Assú registrou no Censo do ano de 2010 um Índice de Vulnerabilidade Social de 0.342 na escala do IPEA, resultado das médias do IVS Infraestrutura Urbana que foi de 0.180, do IVS Capital Humano de 0.416 e do IVS Renda e Trabalho que ficou em 0.430.

Sendo 10.49% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados; 0.53% da população vivendo em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo e 4.38% de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho. Estes dados dizem respeito aos indicadores da dimensão Infraestrutura Urbana.

Os indicadores da dimensão Capital Humano registraram os seguintes quantitativos: 21.19 de taxa de mortalidade até um ano de idade em cada mil nascimentos; 52.03% de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola; 2.42% de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola; 2.04% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos; 17.91% de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade; 22.48 de taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (Razão entre a população de 15 anos ou mais analfabeta e o total de pessoas nessa faixa etária (multiplicada por 100)); 37.17% de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem ensino fundamental completo e 17.31% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo.

Para os indicadores referentes à dimensão Renda e Trabalho, os valores obtidos mostram que o município registra 52.23% das pessoas possuindo renda domiciliar per capita igual ou inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; 10.04% de taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade; 48.98% de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal; 3.65% de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e dependentes de idosos, além de 5.54 de taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade (Razão das pessoas de 10 a 14 anos de idade economicamente ativas e o total de pessoas nesta faixa etária, multiplicada por 100).

#### Índice de Vulnerabilidade Social do Município de Baraúna

O município de Baraúna registrou no Censo do ano de 2010 um Índice de Vulnerabilidade Social de 0.461 na escala do IPEA, resultado das médias do IVS Infraestrutura Urbana que foi de 0.265, do IVS Capital Humano de 0.586 e do IVS Renda e Trabalho que ficou em 0.532.

Sendo 20.92% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados; 3.52% da população vivendo em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo e 3.93% de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho. Estes dados dizem respeito aos indicadores da dimensão Infraestrutura Urbana.

Os indicadores da dimensão Capital Humano registraram os seguintes quantitativos: 25.60 de taxa de mortalidade até um ano de idade em cada mil nascimentos; 53.57% de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola; 3.10% de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola; 8.09% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos; 15.95% de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade; 28.10 de taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (Razão entre a população de 15 anos ou mais analfabeta e o total de pessoas nessa faixa etária (multiplicada por 100); 55.76% de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem ensino fundamental completo e 24.00% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo.

Para os indicadores referentes à dimensão Renda e Trabalho, os valores obtidos mostram que o município registra 64.59% das pessoas possuindo renda domiciliar per capita igual ou inferior a ½ salário mínimo; 11.64% de taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade; 62.39% de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal; 4.36% de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e dependentes de idosos, além de 7.97 de taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade (Razão das pessoas de 10 a 14 anos de idade economicamente ativas e o total de pessoas nesta faixa etária, multiplicada por 100).

#### Índice de Vulnerabilidade Social do Município de Felipe Guerra

O município de Felipe Guerra registrou no Censo do ano de 2010 um Índice de Vulnerabilidade Social de 0.391 na escala do IPEA, resultado das médias do IVS Infraestrutura Urbana que foi de 0.271, do IVS Capital Humano de 0.424 e do IVS Renda e Trabalho que ficou em 0.480.

Sendo 23.18% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados; 12.05% da população vivendo em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo e 1.16% de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho. Estes dados dizem respeito aos indicadores da dimensão Infraestrutura Urbana.

Os indicadores da dimensão Capital Humano registraram os seguintes quantitativos: 23.50 de taxa de mortalidade até um ano de idade em cada mil nascimentos; 41.25 % de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola; 0.79% de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola; 3.60% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos; 8.31% de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade; 21.46 de taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (Razão entre a população de 15 anos ou mais analfabeta e o total de pessoas nessa faixa etária (multiplicada por 100)); 37.98% de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem ensino fundamental completo e 28.16% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo.

Para os indicadores referentes à dimensão Renda e Trabalho, os valores obtidos mostram que o município registra 58.89% das pessoas possuindo renda domiciliar per



capita igual ou inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; 10.27% de taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade; 54.96% de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal; 5.74% de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e dependentes de idosos, além de 2.64 de taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade (Razão das pessoas de 10 a 14 anos de idade economicamente ativas e o total de pessoas nesta faixa etária, multiplicada por 100).

#### Índice de Vulnerabilidade Social do Município de Itajá

O município de Itajá registrou no Censo do ano de 2010 um Índice de Vulnerabilidade Social de 0.311 na escala do IPEA, resultado das médias do IVS Infraestrutura Urbana que foi de 0.115, do IVS Capital Humano de 0.439 e do IVS Renda e Trabalho que ficou em 0.380.

Sendo 4.32% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados; 5.00% da população vivendo em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo e 2.34% de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho. Estes dados dizem respeito aos indicadores da dimensão Infraestrutura Urbana.

Os indicadores da dimensão Capital Humano registraram os seguintes quantitativos: 23.50 de taxa de mortalidade até um ano de idade em cada mil nascimentos; 52.51% de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola; 2.00% de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola; 2.38% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos; 15.82% de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade; 25.52 de taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (Razão entre a população de 15 anos ou mais analfabeta e o total de pessoas nessa faixa etária (multiplicada por 100); 42.96% de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem ensino fundamental completo e 18.75% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo.

Para os indicadores referentes à dimensão Renda e Trabalho, os valores obtidos mostram que o município registra 57.53% das pessoas possuindo renda domiciliar per capita igual ou inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; 5.14% de taxa de desocupação da população

de 18 anos ou mais de idade; 52.94% de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal; 3.20% de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e dependentes de idosos, além de 4.57 de taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade (Razão das pessoas de 10 a 14 anos de idade economicamente ativas e o total de pessoas nesta faixa etária, multiplicada por 100).

#### Índice de Vulnerabilidade Social do Município de Mossoró

O município de Mossoró registrou no Censo do ano de 2010 um Índice de Vulnerabilidade Social de 0.254 na escala do IPEA, resultado das médias do IVS Infraestrutura Urbana que foi de 0.105, do IVS Capital Humano de 0.329 e do IVS Renda e Trabalho que ficou em 0.328.

Sendo 4.16% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados; 2.06% da população vivendo em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo e 2.74% de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho. Estes dados dizem respeito aos indicadores da dimensão Infraestrutura Urbana.

Os indicadores da dimensão Capital Humano registraram os seguintes quantitativos: 17.91 de taxa de mortalidade até um ano de idade em cada mil nascimentos; 47.94% de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola; 2.32% de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola; 2.54% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos; 12.89% de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade; 13.80 de taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (Razão entre a população de 15 anos ou mais analfabeta e o total de pessoas nessa faixa etária (multiplicada por 100); 25.05% de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem ensino fundamental completo e 11.61% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo.

Para os indicadores referentes à dimensão Renda e Trabalho, os valores obtidos mostram que o município registra 35.33% das pessoas possuindo renda domiciliar per capita igual ou inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; 10.07% de taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade; 34.40% de pessoas de 18 anos ou mais sem

ensino fundamental completo e em ocupação informal; 2.26% de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e dependentes de idosos, além de 3.93 de taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade (Razão das pessoas de 10 a 14 anos de idade economicamente ativas e o total de pessoas nesta faixa etária, multiplicada por 100).

#### Índice de Vulnerabilidade Social do Município de Pau dos Ferros

O município de Pau dos Ferros registrou no Censo do ano de 2010 um Índice de Vulnerabilidade Social de 0.291 na escala do IPEA, resultado das médias do IVS Infraestrutura Urbana que foi de 0.108, do IVS Capital Humano de 0.393 e do IVS Renda e Trabalho que ficou em 0.371.

Sendo 1.65% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados; 4.00% da população vivendo em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo e 3.21% de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho. Estes dados dizem respeito aos indicadores da dimensão Infraestrutura Urbana.

Os indicadores da dimensão Capital Humano registraram os seguintes quantitativos: 18.20 de taxa de mortalidade até um ano de idade em cada mil nascimentos; 46.74% de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola; 4.54% de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola; 1.50% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos; 15.15% de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade; 18.06 de taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (Razão entre a população de 15 anos ou mais analfabeta e o total de pessoas nessa faixa etária (multiplicada por 100); 33.46% de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem ensino fundamental completo e 20.05% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo.

Para os indicadores referentes à dimensão Renda e Trabalho, os valores obtidos mostram que o município registra 44.98% das pessoas possuindo renda domiciliar per capita igual ou inferior a ½ salário mínimo; 8.25% de taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade; 48.40% de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal; 3.11% de pessoas em domicílios com

renda per capita inferior a meio salário mínimo e dependentes de idosos, além de 3.49 de taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade (Razão das pessoas de 10 a 14 anos de idade economicamente ativas e o total de pessoas nesta faixa etária, multiplicada por 100).

#### Índice de Vulnerabilidade Social do Município de Portalegre

O município de Portalegre registrou no Censo do ano de 2010 um Índice de Vulnerabilidade Social de 0.435 na escala do IPEA, resultado das médias do IVS Infraestrutura Urbana que foi de 0.300, do IVS Capital Humano de 0.488 e do IVS Renda e Trabalho que ficou em 0.518.

Sendo 35.11% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados; 1.30% da população vivendo em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo e 1.36% de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho. Estes dados dizem respeito aos indicadores da dimensão Infraestrutura Urbana.

Os indicadores da dimensão Capital Humano registraram os seguintes quantitativos: 26.00 de taxa de mortalidade até um ano de idade em cada mil nascimentos; 47.25% de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola; 1.53% de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola; 3.01% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos; 21.70% de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade; 23.80 de taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (Razão entre a população de 15 anos ou mais analfabeta e o total de pessoas nessa faixa etária (multiplicada por 100)); 41.31% de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem ensino fundamental completo e 26.80% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo.

Para os indicadores referentes à dimensão Renda e Trabalho, os valores obtidos mostram que o município registra 63.40% das pessoas possuindo renda domiciliar per capita igual ou inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; 7.57% de taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade; 60.87% de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal; 6.50% de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e dependentes de idosos, além de 7.37

de taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade (Razão das pessoas de 10 a 14 anos de idade economicamente ativas e o total de pessoas nesta faixa etária, multiplicada por 100).

#### Índice de Vulnerabilidade Social do Município de Serra do Mel

O município de Serra do Mel registrou no Censo do ano de 2010 um Índice de Vulnerabilidade Social de 0.467 na escala do IPEA, resultado das médias do IVS Infraestrutura Urbana que foi de 0.397, do IVS Capital Humano de 0.475 e do IVS Renda e Trabalho que ficou em 0.529.

Sendo 44.92% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados; 5.46% da população vivendo em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo e 2.86% de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho. Estes dados dizem respeito aos indicadores da dimensão Infraestrutura Urbana.

Os indicadores da dimensão Capital Humano registraram os seguintes quantitativos: 22.80 de taxa de mortalidade até um ano de idade em cada mil nascimentos; 60.03% de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola; 2.22% de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola; 3.38% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos; 20.25% de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade; 25.15 de taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (Razão entre a população de 15 anos ou mais analfabeta e o total de pessoas nessa faixa etária (multiplicada por 100)); 40.12% de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem ensino fundamental completo e 18.51% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo.

Para os indicadores referentes à dimensão Renda e Trabalho, os valores obtidos mostram que o município registra 66.69% das pessoas possuindo renda domiciliar per capita igual ou inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; 10.41% de taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade; 59.28% de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal; 3.05% de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e dependentes de idosos, além de 13.82 de taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade (Razão das pessoas de

10 a 14 anos de idade economicamente ativas e o total de pessoas nesta faixa etária, multiplicada por 100).

### Índice de Vulnerabilidade Social do Município de Tenente Ananias

O município de Tenente Ananias registrou no Censo do ano de 2010 um Índice de Vulnerabilidade Social de 0.422 na escala do IPEA, resultado das médias do IVS Infraestrutura Urbana que foi de 0.225, do IVS Capital Humano de 0.555 e do IVS Renda e Trabalho que ficou em 0.486.

Sendo 12.60% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados; 5.29% da população vivendo em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo e 4.43% de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho. Estes dados dizem respeito aos indicadores da dimensão Infraestrutura Urbana.

Os indicadores da dimensão Capital Humano registraram os seguintes quantitativos: 21.80 de taxa de mortalidade até um ano de idade em cada mil nascimentos; 53.73% de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola; 4.94% de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola; 4.38% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos; 16.79% de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade; 26.35 de taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (Razão entre a população de 15 anos ou mais analfabeta e o total de pessoas nessa faixa etária (multiplicada por 100)); 55.87% de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem ensino fundamental completo e 28.92% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo.

Para os indicadores referentes à dimensão Renda e Trabalho, os valores obtidos mostram que o município registra 60.95% das pessoas possuindo renda domiciliar per capita igual ou inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; 5.91% de taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade; 70.89% de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal; 5.17% de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e dependentes de idosos, além de 6.52 de taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade (Razão das pessoas de 10 a 14

anos de idade economicamente ativas e o total de pessoas nesta faixa etária, multiplicada por 100).

### Índice de Vulnerabilidade Social do Município de Umarizal

O município de Umarizal registrou no Censo do ano de 2010 um Índice de Vulnerabilidade Social de 0.430 na escala do IPEA, resultado das médias do IVS Infraestrutura Urbana que foi de 0.284, do IVS Capital Humano de 0.517 e do IVS Renda e Trabalho que ficou em 0.489.

Sendo 16.57% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados; 8.71% da população vivendo em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo e 4.83% de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho. Estes dados dizem respeito aos indicadores da dimensão Infraestrutura Urbana.

Os indicadores da dimensão Capital Humano registraram os seguintes quantitativos: 19.80 de taxa de mortalidade até um ano de idade em cada mil nascimentos; 47.22% de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola; 2.66% de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola; 4.20% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos; 25.02% de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade; 25.54 de taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (Razão entre a população de 15 anos ou mais analfabeta e o total de pessoas nessa faixa etária (multiplicada por 100)); 45.67% de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem ensino fundamental completo e 24.70% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo.

Para os indicadores referentes à dimensão Renda e Trabalho, os valores obtidos mostram que o município registra 61.96% das pessoas possuindo renda domiciliar per capita igual ou inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; 7.20% de taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade; 61.86% de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal; 6.26% de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e dependentes de idosos, além de 4.47 de taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade (Razão das pessoas de 10 a 14

anos de idade economicamente ativas e o total de pessoas nesta faixa etária, multiplicada por 100).

Abaixo é mostrada uma tabela dos Índices de Vulnerabilidade Social dos municípios analisados, dispostos do menor (Mossoró) para o maior (Serra do Mel) IVS. Pode-se perceber que dos doze municípios estudados, dois estão na faixa de vulnerabilidade considerada baixa (Mossoró e Pau dos Ferros), cinco estão na faixa média (Itajá, Areia Branca, Assú, Apodi e Felipe Guerra) e cinco estão na faixa classificada como alta (Tenente Ananias, Umarizal, Portalegre, Baraúna e Serra do Mel).

TABELA 1 – RANKING DOS MUNICÍPIOS QUANTO AO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>IVS</b>	<b>GRAU</b>
<b>Mossoró</b>	0.254	Baixo
<b>Pau dos Ferros</b>	0.291	Baixo
<b>Itajá</b>	0.311	Médio
<b>Areia Branca</b>	0.318	Médio
<b>Assú</b>	0.342	Médio
<b>Apodi</b>	0.358	Médio
<b>Felipe Guerra</b>	0.391	Médio
<b>Tenente Ananias</b>	0.422	Alto
<b>Umarizal</b>	0.430	Alto
<b>Portalegre</b>	0.435	Alto
<b>Baraúna</b>	0.461	Alto
<b>Serra do Mel</b>	0.467	Alto

Fonte: Elaborado a partir dos dados do IPEA, 2018.

O ranking elaborado apresentou uma divisão clara dos municípios em três categorias de IVS (baixo, médio e alto). A partir dos dados, foi possível observar uma proximidade entre os IVS's dos municípios com alto grau de vulnerabilidade. Vale mencionar aqui que nenhuma cidade apresentou IVS considerado pelo IPEA como muito baixo (abaixo de 0.200) ou muito alto (entre 0.500 e 1).

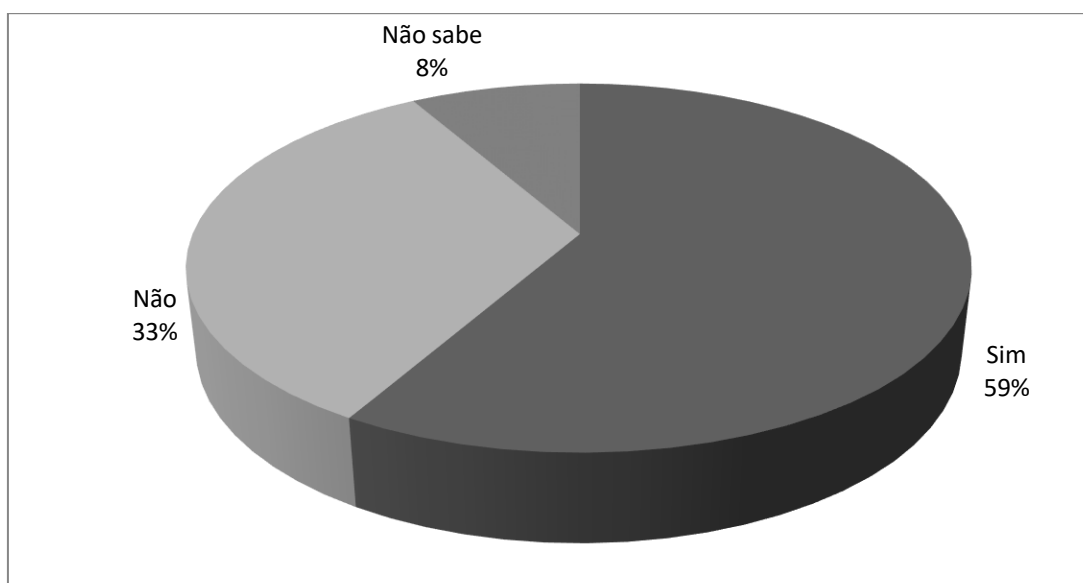


## 6.2 – Políticas Públicas de Esporte e Lazer

Abaixo, são mostradas em forma de gráficos e tabelas, as informações sobre a situação dos programas/projetos referentes às Políticas Públicas de Esporte e Lazer nas doze cidades estudadas, bem como a forma como essas ações são ofertadas à população. Esses dados foram coletados a partir dos questionários aplicados pela Rede CEDES aos gestores municipais de cada um dos municípios ao longo do ano de 2016.

### POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTE E LAZER NOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS

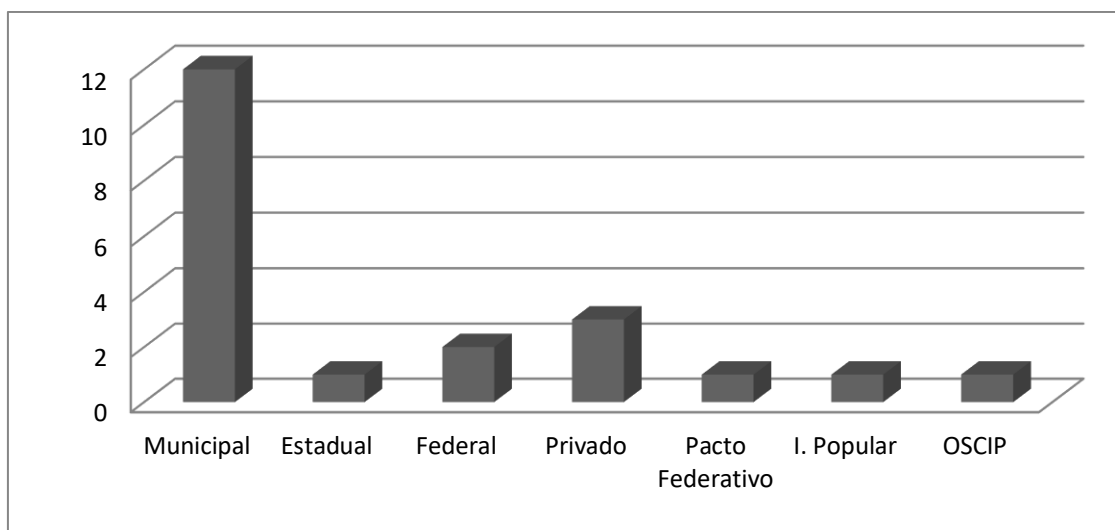
GRÁFICO 1 – PROJETOS DESCRITIVOS



Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Os dados apresentados no gráfico mostram que a maioria das cidades estudadas (59%) possuem projetos descritivos voltados ao esporte e lazer, cerca de um terço dos municípios (33%) não possuem e 8% não souberam responder.

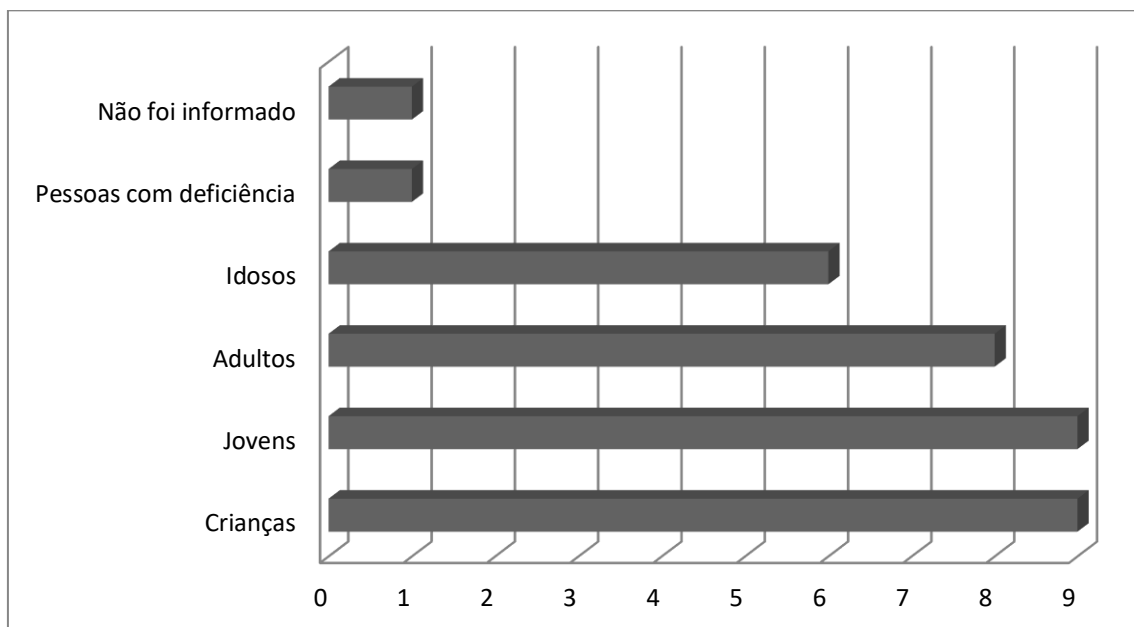
GRÁFICO 2 – INSTÂNCIA RESPONSÁVEL



Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

No que diz respeito a instâncias responsáveis pelas políticas públicas, pode-se observar através do gráfico que o próprio município é responsável por essas ações em todos os casos, além disso, em algumas situações existe responsabilidade compartilhada com o estado, federação, iniciativa privada, pacto federativo, iniciativa popular e OSCIP.

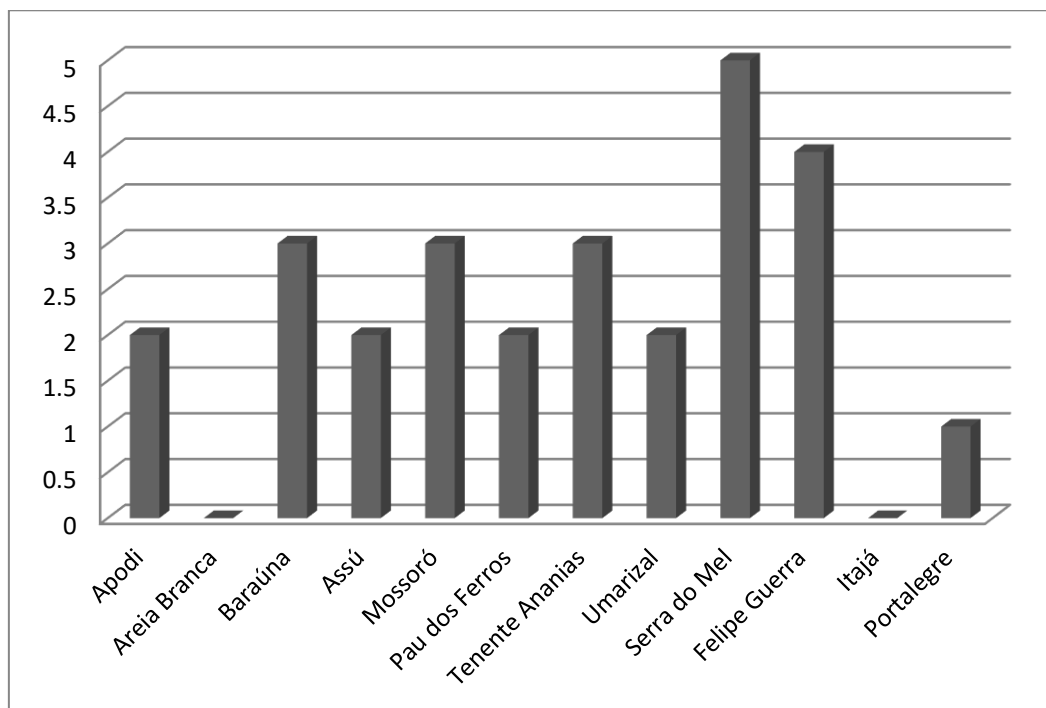
GRÁFICO 3 – PÚBLICO ALVO



Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Quanto ao público alvo envolvido nos programas/projetos nos municípios, foi visto que há direcionamento das atividades principalmente para as crianças, jovens e adultos e em menor escala para os idosos e pessoas com deficiência.

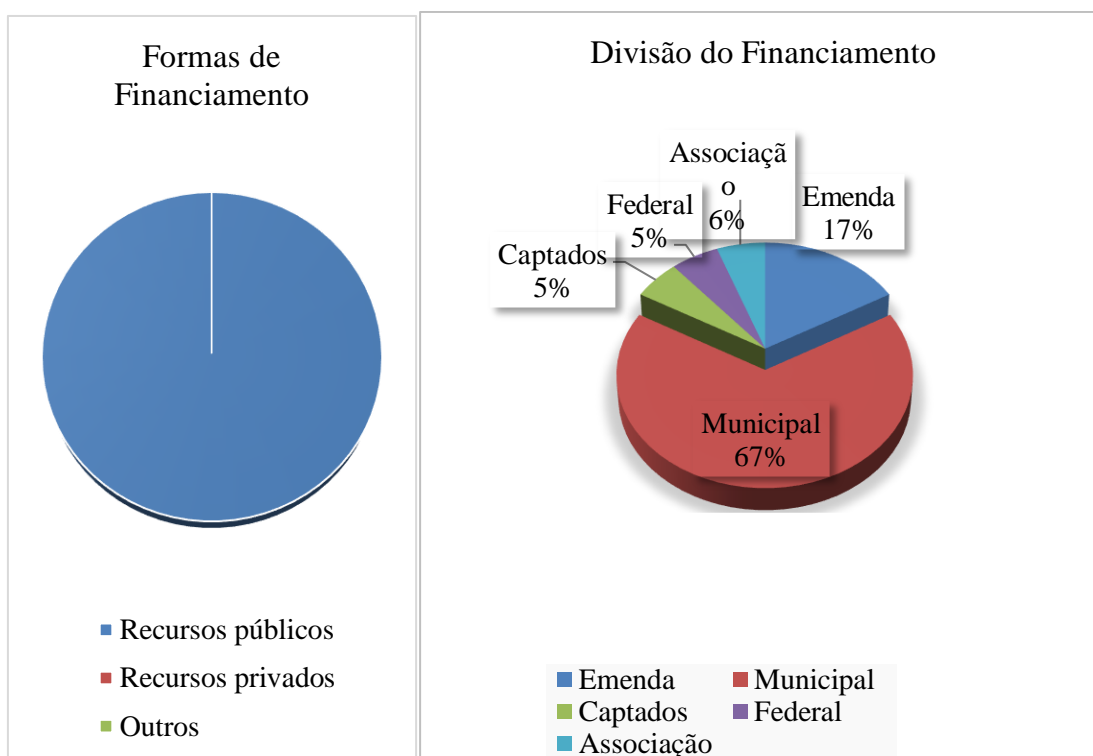
GRÁFICO 4 – QUANTIDADE DE PROGRAMAS



Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

No gráfico apresentado, Serra do Mel foi o município que obteve o melhor resultado, possuindo cinco programas/projetos voltados ao Esporte e Lazer. Já entre os que ficaram em pior situação, vale destacar Itajá e Areia Branca, que não apresentaram nenhum programa ou projeto.

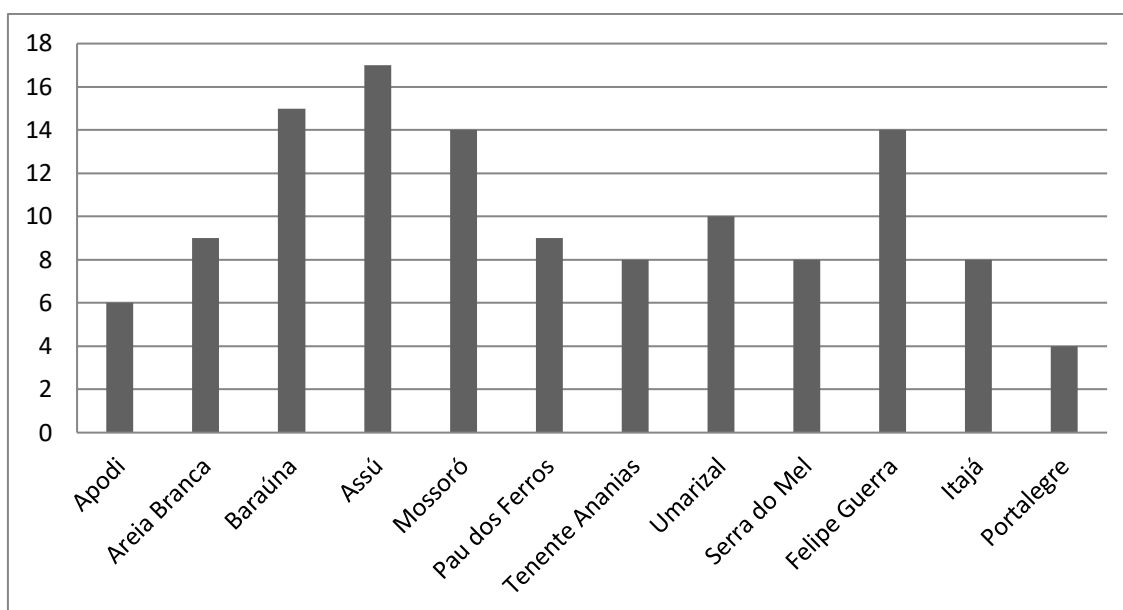
GRÁFICO 5 – FORMAS E DIVISÃO DO FINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS



Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

O gráfico indica que 100% dos projetos/programas são financiados através de recursos públicos, os quais a grande maioria (67% deles) é proveniente dos próprios municípios, alguns por meio de emendas (17%), além de outras fontes de obtenção, como através de associações com outras entidades (6%), recursos federais (5%) e outras formas de captação (5%). Sendo possível verificar uma disparidade entre o municipal e os demais entes federativos quanto ao financiamento dessas ações em Esporte e Lazer.

GRÁFICO 6 – VARIEDADE DE ATIVIDADES OFERTADAS



Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Com relação à variedade de atividades ofertadas em Esporte e Lazer, os dados mostraram que os municípios possuem entre quatro e dezessete atividades, seja de cunho físico, intelectual ou artístico. Entre as atividades oferecidas estão: futebol, futsal, voleibol, handebol, atletismo, xadrez, caminhadas, capoeira, tênis de mesa, entre outras.

TABELA 2 - FREQUÊNCIA E DURAÇÃO DE ATENDIMENTO DOS PROGRAMAS

	Apodi	Areia Branca	Baraúna	Assú	Mossoró	Pau dos Ferros	Tenente Ananias	Umarizal	Serra do Mel	Felipe Guerra	Itajá	Portalegre
Frequência de Atendimento	Até 2x/sem.	Até 5x/sem.	Até 2x/sem.	Até 4x/sem.	5 ou mais vezes/sem.	5 ou mais vezes/sem.	Até 4x/sem.	Até 4x/sem.	Até 2x/sem.	Até 4x/sem.	-	5 ou mais vezes/sem.
Duração do Atendimento	Até 2h	Até 2h	Até 2h	Mais de 2h	Mais de 2h	Mais de 2h	Mais de 2h	Até 1h	Mais de 2h	Mais de 2h	-	Até 1hr

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

A tabela se refere à frequência e duração de atendimento dos programas nos municípios estudados. Nessas cidades, as atividades são desenvolvidas por mais de cinco vezes na semana em municípios como Mossoró, Pau dos Ferros e Portalegre, e por mais de duas horas por dia em Assú, Mossoró, Pau dos Ferros, Tenente Ananias, Serra do Mel e Felipe Guerra. Não há informação quanto ao município de Itajá.

TABELA 3 - FREQUÊNCIA DAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS

	SIM					NÃO
	Semanal	Mensal	Bimestral	Semestral	Anual	
Apodi		X				
Areia Branca						X
Baraúna				X		
Assú	X					
Mossoró						X
Pau dos Ferros						X
Tenente Ananias					X	
Umarizal			X			
Serra do Mel				X		
Felipe Guerra						X
Itajá						-
Portalegre		X				

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

De acordo com os dados apresentados, dois municípios apresentaram frequência semestral de reuniões, outros dois possuem frequência mensal, quanto às frequências semanal, bimestral e anual, houve relato de um município para cada. Além disso, outros quatro municípios não apresentaram uma frequência determinada e um município não informou.

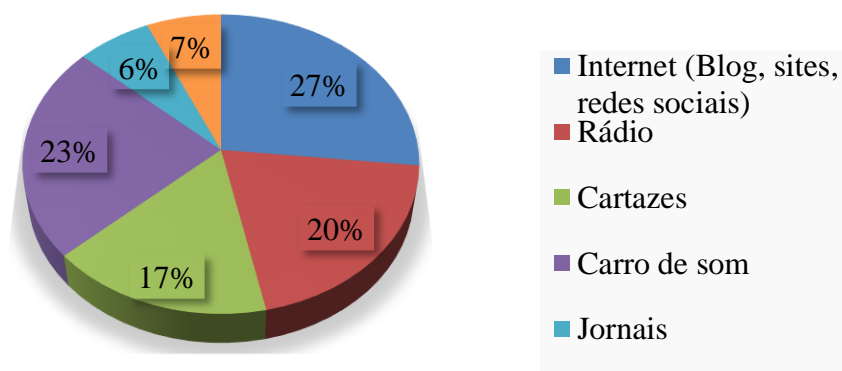
TABELA 4 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES

	Planejamento	Avaliação
Apodi	SIM	SIM
Areia Branca	NÃO	NÃO
Baraúna	DE ACORDO COM A NECESSIDADE	DE ACORDO COM A NECESSIDADE
Assú	SIM	SIM
Mossoró	SIM	SIM
Pau dos Ferros	-	-
Tenente Ananias	NÃO	NÃO
Umarizal	-	-
Serra do Mel	SIM	SIM
Felipe Guerra	SIM	SIM
Itajá	-	-
Portalegre	SIM	SIM
Total	7	7

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

A partir da tabela, é possível extrair a informação de que sete municípios possuem planejamento e avaliação das atividades desenvolvidas, sendo um deles (Baraúna), de acordo com a necessidade. Além disso, não há informação quanto a três municípios (Pau dos Ferros, Umarizal e Itajá).

GRÁFICO 7 – DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

O gráfico apresenta as formas de divulgação das políticas públicas em Esporte e Lazer. Nos municípios estudados, o veículo de comunicação mais utilizado foi, de forma geral, a internet. Rádio, cartazes e carros de som também se mostraram bastante aproveitados nesse sentido.

TABELA 5 - RANKING DOS MUNICÍPIOS QUANTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

Município	Score
Assú	14
Serra do Mel	14
Felipe Guerra	13
Mossoró	12
Baraúna	12
Apodi	11
Tenente Ananias	11
Portalegre	10
Umarizal	10
Pau dos Ferros	9
Areia Branca	6
Itajá	5

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

No tocante à situação dos municípios quanto às políticas públicas de Esporte e Lazer, representada pelos dados dos questionários da Rede CEDES, o ranqueamento realizado através da quantificação dos scores registrados, resultou em um cenário bem



diferente do obtido quanto aos Índices de vulnerabilidade social nos mesmos. Dando destaque positivo, principalmente aos municípios de Assú e Serra do Mel e negativo a Areia Branca e Itajá.

## 7 - DISCUSSÃO

Os resultados apresentados neste trabalho, obtidos dos estudos realizados a partir da análise documental dos dados do IPEA e dos questionários da Rede CEDES mostraram que os doze municípios avaliados estão dispostos em três categorias quanto à relação entre vulnerabilidade social e políticas públicas de Esporte e Lazer. Além disso, através de um ranqueamento (tabelas 1 e 5), foi possível classificar os municípios com base nas variáveis estudadas. A partir do exposto, observou-se uma desconformidade na situação da vulnerabilidade social dos municípios em comparação com a situação das políticas públicas em Esporte e Lazer nos mesmos.

A primeira categoria observada abrange os municípios que apresentaram melhores resultados no Índice de Vulnerabilidade Social que nas políticas públicas em Esporte e Lazer, como foi o caso de Mossoró, Pau dos Ferros, Itajá e Areia Branca.

Mossoró foi a cidade que apresentou o mais baixo Índice de Vulnerabilidade Social, ou seja, uma melhor situação quanto aos indicadores de vulnerabilidade social, porém ficou apenas em quarto lugar quanto as ações em políticas públicas de Esporte e Lazer entre os doze municípios estudados, não possuindo, inclusive, reuniões pedagógicas para as atividades desenvolvidas. Já o município de Pau dos Ferros, que obteve o segundo IVS mais baixo, foi classificado apenas em décimo lugar na tabela 5, ficando à frente apenas de Areia Branca e Itajá, não possuindo reuniões pedagógicas e tampouco planejamento/avaliação das atividades esportivas desenvolvidas. A tabela 1 mostrou o município de Itajá com o IVS bem próximo de ser considerado como baixo grau de vulnerabilidade social (abaixo de 0.300 na escala do IPEA), ficando em terceiro lugar nesta classificação, bem diferente da sua situação na tabela 5, em que ficou em último lugar, tendo suas ações públicas em esporte e lazer resumidas a algumas poucas atividades, não citando projetos/programas contínuos em Esporte e Lazer. Areia Branca apresentou um IVS próximo ao que o IPEA considera como baixo, mas não mostrando a mesma situação na tabela 5, ficando apenas a frente de Itajá. Vale destacar sua falta de programas em Esporte e Lazer, bem como ausência de planejamento e avaliação de atividades.

Essa situação pode ser explicada através do equívoco que muitas vezes existe por parte dos gestores públicos, que entendem as políticas Públicas de Esporte e Lazer como a existência de alguns poucos eventos esportivos. Dessa forma, por vezes até há

investimento significativo por parte do município, mas centralizados em algumas atividades esportivas exclusivas. (COSTA; SILVA, 2013).

Conforme Costa e Silva (2013), a oferta de algumas atividades esportivas, artísticas e de entretenimento não é suficiente para configurar políticas públicas. Por isso, embora os quatro municípios mencionados tenham apresentado variadas práticas esportivas, apenas dois deles mostraram haver programas/projetos descritivos (Pau dos Ferros e Itajá). Em contrapartida, os quatro mencionaram a existência de eventos periódicos, o que aponta para o que o autor mostra.

A segunda categoria considerada mostra os municípios que tiveram melhor qualificação quanto às ações públicas de Esporte e Lazer que no Índice de Vulnerabilidade Social, como: Assú, Felipe Guerra, Tenente Ananias, Portalegre, Baraúna e Serra do Mel.

A cidade de Assú mostrou uma classificação intermediária quanto à tabela 1, ficando em sexto lugar entre os doze municípios e teve um desempenho bastante positivo em relação à tabela 5, sendo o município mais bem colocado nesta. Apresentando excelentes resultados, como mostrados no gráfico 6 e nas tabelas 2, 3 e 4; O município de Felipe guerra registrou na tabela 1 um IVS bem próximo ao limite que o IPEA considera como médio (até 0.399). Quanto à tabela 5, apresentou o terceiro melhor resultado entre os doze municípios, ficando atrás apenas de Assú e Serra do Mel. Vale destacar que o município apresentou quatro projetos descritivos voltados ao Esporte e Lazer, como informa a gráfico 4; Já o município de Tenente Ananias, registrou IVS considerado alto (acima de 0.400) na tabela 1, ficando em oitavo lugar entre os municípios, além disso, mostrou situação parecida no que diz respeito à tabela 5, ficando em sétimo lugar neste. Não apresentou planejamento e avaliação das atividades ofertadas; Portalegre foi classificada pelo seu IVS em décimo lugar na tabela 1, estando à frente apenas de Baraúna e Serra do Mel. Quanto à tabela 5, o município ficou em uma situação intermediária, ficando em oitavo lugar em desenvolvimento de ações em Esporte e Lazer, tendo atividades bem distribuídas nessa área; O IVS do município de Baraúna mostrado na tabela 1 apontou uma situação negativa, estando em décimo primeiro lugar na classificação, ficou à frente apenas de Serra do Mel. Quanto à tabela 5, apresentou um melhor resultado, ficando em quinto lugar; O pior IVS entre os doze municípios apresentados foi o de Serra do Mel, inclusive, próximo à faixa considerada muito alta pelo IPEA (acima de 0.500). No entanto, mostrou uma situação

bem diferente quanto à tabela 5, sendo um dos municípios mais bem colocados, juntamente com Assú. O município apresentou programas/projetos descritivos em Esporte e Lazer, bem como atividades diversas, além de planejamento e avaliação das mesmas.

Segundo Souza et al (2009), é de fundamental importância que as ações públicas sejam desenvolvidas mediante práticas de planejamento e avaliação, indo além de práticas esportivas e construindo projetos orientados à formação de cidadãos, construção de valores e responsabilidade social. Dessa forma, observa-se que os resultados obtidos pelos municípios de Assú, Felipe Guerra, Tenente Ananias, Portalegre, Baraúna e Serra do Mel, quanto às políticas públicas de Esporte e Lazer foram melhores que a maioria dos demais municípios, bem como foram melhores que os seus próprios indicadores de vulnerabilidade social. Esses resultados mostram o que foi corroborado nos gráficos 4 e 6 e nas tabelas 2,3,4. Nesses municípios, podem ser citados 18 programas/projetos em Esporte e Lazer, além do fato de que, cinco deles possuem reuniões pedagógicas (com exceção de Felipe Guerra) e cinco deles possuem planejamento e avaliação das suas atividades (com exceção de Tenente Ananias).

Dessa forma, o destaque em ações públicas articuladas voltadas ao Esporte e Lazer desses municípios mostra certa preocupação por parte da administração pública com a sociedade, talvez tentando um equilíbrio diante da situação negativa quanto à vulnerabilidade social e buscando um melhor desenvolvimento humano (GOMES; PEREIRA, 2005).

A terceira e última categoria observada diz respeito aos municípios que mostraram um equilíbrio entre as duas variáveis estudadas. Os municípios de Apodi (sexto lugar) e Umarizal (nono lugar) apresentaram a mesma colocação nos dois rankings. Sendo que Apodi apresentou ações bem uniformes no Esporte e Lazer, já Umarizal, apesar de ter mostrado oferta de atividades diversas, não apresentou planejamento e avaliação das mesmas. Assim, foram os dois únicos municípios, entre os doze estudados, em que se observou uma proporcionalidade entre o Índice de Vulnerabilidade Social e as políticas públicas em Esporte e Lazer.

Nessa discussão, Noronha (2010) entende que apenas o Esporte e Lazer sozinhos não dão às pessoas os recursos necessários para alcançar uma situação de bem-estar social, as ações públicas devem ser propostas e executadas de forma articulada e intersetorial, buscando minimizar problemas sociais diversos, como violência, desemprego e má-distribuição de renda.

Assim, essa terceira categoria sugere um equilíbrio das ações do Estado em políticas públicas de Esporte e Lazer nos dois municípios, com os outros fatores envolvidos com o grau de vulnerabilidade social, ou seja, o mercado e a comunidade, mas que ainda se mostra distante da situação dos municípios que apresentaram IVS baixo e dos que se destacaram em ações de Esporte e Lazer.

De forma geral, os resultados apresentados pela presente pesquisa apontaram uma diferença significativa entre a situação da vulnerabilidade social e das políticas públicas em Esporte e Lazer nos doze municípios estudados. Assim como foram feitas interpretações para cada categoria de forma específica, é necessário que se aponte as possíveis causas para esses resultados.

Consoante o que foi amplamente explanado neste estudo, Kaztman (2006), no seu paradigma AVEO, mostra que a vulnerabilidade social é resultado do acesso aos ativos por meio do aproveitamento das estruturas de oportunidades. Sendo que estas são representadas pelo Estado, o mercado e a comunidade.

Nesse sentido, as políticas públicas em Esporte e Lazer se situam no poder de agir do Estado perante as necessidades percebidas na sociedade, ou seja, essas ações representam uma das ferramentas que o poder público possui na tentativa de solucionar problemas como: desigualdade social e cultural, exclusão social, baixo índice de desenvolvimento humano, além de outras questões.

Por isso, parece não ser incomum que os municípios estudados tenham apresentado resultados tão destoantes entre seus indicadores de vulnerabilidade social e de políticas públicas no Esporte e Lazer, pois, apesar de uma variável influenciar a outra, para que ambas possam ter uma relação equivalente, é necessário que as cidades apresentem as outras duas estruturas de oportunidades, ou seja, o mercado e a comunidade, com ações pautadas no mesmo alinhamento da iniciativa do Estado. Cabe aqui apontar que as ações em Esporte e Lazer são exemplos de um seguimento no âmbito das políticas públicas, pois existem outras voltadas à saúde, segurança pública ou educação, que para Gomes e Pereira (2005), também são fundamentais na luta contra situações de vulnerabilidade.

Além de uma análise das causas dos resultados obtidos, esta etapa discursiva busca apresentar contribuições para os gestores municipais, bem como para todos aqueles que, de forma direta ou indireta, estejam envolvidos com o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao Esporte e Lazer. Assim sendo, seguem-se algumas

proposições de possibilidades de melhoria para as ações públicas desenvolvidas nos municípios estudados.

- Criação de Programas intersetoriais em Esporte e Lazer

Foi percebido que existe uma grande necessidade de elaboração de projetos descritivos nas cidades pesquisadas, principalmente naquelas em que ainda não existe nenhum, cerca de 1/3 delas. A implantação dessas ações em Esporte e Lazer precisa ser acompanhada por diversos atores sociais, seguindo modelos estruturados e de forma intersetorial, estrategicamente fundamentadas para resolver problemas identificados. Para Bonalume (2011) produzir políticas públicas intersetoriais requer a definição de princípios claros e comuns, instrumentos específicos (diretrizes, programas), além de uma compreensão precisa do território, de forma que se estabeleça uma forte relação com outras políticas sociais. Assim, é necessário que esses municípios passem a pensar em políticas públicas sociais como um elo que está ligado a vários outros conectores no desafio de resolução dos distúrbios sociais.

- Maior capacitação dos gestores responsáveis pelas políticas públicas

A situação ideal é que se tenham profissionais vinculados à área no desenvolvimento das políticas públicas em Esporte e Lazer nas secretarias municipais, com conhecimento técnico sobre o assunto e que possam contribuir com pensamento crítico e inovador, sejam eles professores de educação física, arte-educadores ou profissionais de turismo. Marcellino (2003), a partir de estudos realizados na cidade de Campinas – SP coloca em pauta a animação sociocultural realizada por profissionais qualificados como promotora da manutenção da ordem das atividades em espaços artísticos e esportivos. Dessa forma, mostra-se de fundamental importância, que os municípios busquem gestores com formações afins ao Esporte e Lazer ou capacite àqueles escolhidos para os cargos em questão.

- Maior participação da instância estadual e federal quanto à responsabilidade e financiamento das políticas públicas

Levando em consideração que as ações em Esporte e Lazer nos municípios aqui mencionados possuem, em sua grande maioria, iniciativa e financiamento municipal, entende-se que deve haver uma maior aproximação por parte do estado e da união.

Parece existir um distanciamento expressivo nesse sentido, gerando certo isolamento da esfera municipal. Por isso, sugere-se que os outros entes federativos contribuam de forma mais acentuada com essas políticas públicas sociais, principalmente com as que são desenvolvidas nas cidades com alto índice de vulnerabilidade social, como cita Gama, (2017).

Ademais, propõem-se também algumas sugestões no desenvolvimento de políticas públicas de maneira geral.

- Criação de oficinas temáticas

Uma sugestão que pode se mostrar bastante eficiente é a criação de oficinas temáticas que promovam debates sobre Esporte e Lazer, além de outros temas de relevância social, como cidadania, inclusão social, direitos humanos, igualdade de gênero, sexualidade, entre outros. Esses grupos podem ser direcionados principalmente aos jovens, mas não exclusivamente a eles. Nesses espaços, as pessoas poderão trocar experiências de vida, compartilhar objetivos em comum, além de desenvolverem um sentimento de pertencimento a sociedade. Como alerta Noronha (2010), a construção da autonomia e o exercício do protagonismo das pessoas estão ligados à participação e transformação social possibilitada por vínculos afetivos coletivos.

- Participação da sociedade nas ações públicas

Com o intuito de dar maior eficiência e eficácia às políticas públicas em Esporte e Lazer, bem como maior clareza e praticidade na prestação de contas dos atos públicos propõe-se uma maior participação popular nas atividades desenvolvidas pela administração pública. Com vistas ao envolvimento da população com as ações em Esporte e Lazer recomenda-se a criação de conselhos municipais de Esporte e Lazer, onde as pessoas possam ter voz e se envolver na elaboração e execução das atividades, pois como aponta Starepravo (2007), a democracia só possui força com a participação dos cidadãos e com a consequente representatividade destes.

Vale destacar ainda, algumas observações a respeito dos dados obtidos através dos questionários aplicados pela Rede CEDES nos doze municípios.

Apesar dos gestores entrevistados dos municípios de Baraúna, Mossoró, Umarizal e Felipe Guerra terem respondido “NÃO” a pergunta que indagava se havia

programas/projetos descritivos, os mesmos mencionaram os seguintes programas em suas cidades.

Em Baraúna (Mais Educação, Campeonatos de Futebol e Festival de Quadrilhas). Em Mossoró (Provas Ciclísticas, Maratona Mossoró/Tibau e Craque do Futuro). Em Umarizal (um programa voltado aos jovens e outro aos adultos, não sendo citados os nomes dos mesmos) e em Felipe Guerra (Programa Abelhar, Associação Cultural Desportiva Filipense, Hidro Vida e Ginástica na Praça).

Além disso, o gestor entrevistado do município de Areia Branca não soube informar se havia projeto e não mencionou nenhum. Por outro lado, o gestor do município de Itajá disse que possuía programas/projetos descritivos, mas não soube dizer quais eram.

Dessa forma, alguns dados podem acabar sendo desvirtuados em função da inconsistência de alguns gestores entrevistados, por nem todos possuírem formação na área do Esporte e Lazer ou até por desconhecimento das ações públicas, o que acaba gerando algumas imprecisões nas respostas. Esse tipo de situação, muito embora não descaracterize a pesquisa, acaba por se tornar um fator limitante.

A situação descrita pode exemplificar também, algumas desvantagens que os questionários apresentam, como forma de coleta de dados, como a dificuldade de compreensão dos entrevistados e, por vezes, o desconhecimento das circunstâncias em que os mesmos foram preenchidos (MARCONI; LAKATOS, 2003). Apesar disso, para Manzato e Santos (2012), é preciso levar em consideração que os instrumentos de pesquisa precisam evitar aspectos indutivos, pois é necessário sempre respeitar o ponto de vista do entrevistado.



## **8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De forma geral, essa pesquisa se propôs a analisar o nível de adequação entre o Índice de Vulnerabilidade Social e o desenvolvimento de políticas públicas em Esporte e Lazer nos doze municípios estudados da região do Oeste Potiguar, ranqueando as duas variáveis envolvidas e discutindo possíveis circunstâncias ou fatores ligados aos resultados.

Através da análise documental realizada em duas principais fontes de dados: a plataforma do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e os questionários aplicados pela Rede CEDES aos gestores municipais do Esporte e Lazer, foi possível constatar que parece não haver uma relação proporcional entre os dois fatores. Sendo assim, alguns municípios que apresentaram situações de baixos índices de vulnerabilidade social, não se saíram tão bem quanto as ações públicas em Esporte e Lazer, já outros, mostraram um IVS mais alto, mas apresentam projetos esportivos descritivos, bem como planejamento e avaliação das atividades, inclusive com reuniões pedagógicas, demonstrando assim, a existência de políticas sociais mais integralizadas.

Claro que para se ter uma representação mais ampla acerca desse debate é necessário que se realize análises de desenvolvimento de políticas públicas em outras áreas, como educação, segurança pública, assistência social e etc. O que se objetivou neste estudo foi analisar um dos aspectos relacionados a vulnerabilidade social, o Esporte e Lazer.

A partir deste estudo, pretende-se colaborar com o debate a respeito da contribuição das políticas públicas em Esporte e Lazer diante da temática da vulnerabilidade social e suas particularidades. Além disso, espera-se que sirva de referência aos gestores municipais, no sentido de dar um suporte na elaboração de políticas sociais integradoras. A pesquisa tem o intuito de que suas proposições sejam levadas a prática e com isso, diminua as condições de fragilidade enfrentadas pelas famílias em condições vulneráveis.

Cabe salientar que, como toda pesquisa, esta também apresenta algumas limitações, especialmente no que se refere à insuficiência de alguns dados relacionados às políticas públicas de Esporte e Lazer. Pois como já foi discutido, um dos problemas encontrados é a questão da falta de aptidão de alguns gestores municipais para o desenvolvimento e domínio das atividades desempenhadas por eles, mostrando assim, fragilidade na percepção social de alcance das ações.

Outra observação é que, inicialmente pretendia-se trabalhar com um número maior de municípios da mesorregião do Oeste Potiguar, porém, as informações cartográficas constantes no banco de dados da Rede CEDES ainda não dispõem de dados suficientes para se fazer uma investigação mais ampla, os municípios do Oeste do estado que tiveram suas atividades em Esporte e Lazer registradas pela Rede foram utilizados em sua totalidade neste trabalho.

Como falado anteriormente, toda a discussão em torno da vulnerabilidade social abrange diversos fatores, cada um a influenciando de forma e importância diferentes. Por isso, mostra-se interessante que esta pesquisa se integre aos estudos existentes na área e seja um meio de trazer possibilidades para novas ações sociais.

Visto tudo o que foi apresentado, entende-se que é de extrema importância estudar como o Esporte e Lazer se inscreve como elementos presentes nas ações que visam à redução de situações de vulnerabilidade, buscando causas e quebrando barreiras à democratização do acesso das pessoas às políticas sociais. Bem como é fundamental reconhecer possíveis falhas nas políticas atualmente desenvolvidas e adequá-las a realidade onde elas estão sendo executadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M.G.; PINHEIRO, L.D.C.; LIMA, F.D.; MARTINELLI, C.D.C. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas**. Brasília. 1. ed. Brasília: Unesco Bid, 2002. 192 p.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em: 23 dez 2018.

BONALUME, C.R. O Paradigma da Intersetorialidade nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer, **Licere**, Belo Horizonte, v. 14, p. 1-26, 2011.

BRASIL. **Governo do Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/esporte/2016/03/rio-e-palco-de-evento-teste-do-nado-sincronizado>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

CARVALHO, M.A. Uma Introdução à Análise de Políticas Públicas: Análise Custo-Benefício, Árvores de Decisão e Modelos de Multiatributos. In: XXIX Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD), 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: 2005, p.1-14.

COSTA, D.R.; SILVA, O.O.N. Análise das políticas públicas e gestão de esportes no Brasil. **Revista Digital, Buenos Aires**, v. 18, p. 2013.

DE ALMEIDA, J. F. Integração social e exclusão social: algumas questões. **Análise Social**, v. 28, p. 829-834, 1993.

DE MAGALHÃES PINTO, L.M.S. Políticas públicas de esporte e lazer: caminhos participativos. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 10, n. 11, p. 47-70, 1998.

DE TOLEDO, C.N. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução?. **Crítica Marxista**, São Paulo, v.1, p.27-38, 1994.

DO VAL TAVEIRA, A. A função social do estado na contemporaneidade. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 34, p. 10-27, 2010.

FEIJO, M. C.; ASSIS, S. G. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. **Estudos de psicologia**, Natal, v. 9, p. 157-166, 2004.

FERRARI, R.D. **Gestão da informação e conhecimento em esporte e lazer: o caso do Repositório Institucional da Rede CEDES (RIRC)**. 2012. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

GABATZ, C. Reflexões sobre exclusão e vulnerabilidade social no brasil contemporâneo. **Sociedade em Debate**, v. 1, p.33-49, 2014.

GELINSKI, C.R.O.G.; SEIBEL, E.J. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 42, p. 227-240, 2008.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de Pesquisa. 1. ed.** Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009. 120 p.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M.L.D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciências e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 357-363, 2005.

GRIGORIO, R. L. **Programa segundo tempo.** 2016. 16 f. TCC (Especialização) - Curso de Coordenação Pedagógica, Universidade Federal do Paraná, Cascavel, 2016.

HÖFLING, E. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v.21, p. 30-41, 2001.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens.** 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. 2000. 240p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html>> Acesso em: 08 jun. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Índice de vulnerabilidade social.** Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>>. Acesso em 08 jan. 2018.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos.** v.11, p. 301-308, 2012.

KAZTMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la CEPAL, Santiago do Chile**, V. 75. p.171-189, 2001.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque "ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades" (Aveo). In: CUNHA, J.M.P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação.** Campinas: Editora Vulnerabilidade, 2006. p. 67-94.

MALINA, A.; CESARIO, S. **Esporte: Fator de Integração e Inclusão Social?** 2. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2013. 164 p.

MANZATO, A.J; SANTOS, A.B. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. **Departamento de Ciência de Computação e Estatística-IBILCE-UNESP**, p. 1-17, 2012.

MARCELLINO, N.C. **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte: para atuação em políticas públicas.** 1. ed. São Paulo, Papirus Editora, 2003. 197 p.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEZZADRI, F.M. **Políticas públicas e esporte.** 1. ed. Várzea Paulista: Fontoura, 2014. 288 p.

MILANI, C.R.S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, p. 551-579, 2008.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer.** Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/default.jsp>>. Acesso em 19 fev. 2019.

MONTEIRO, S.R.R.P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 2, p.29-40, 2012.

MOSER, C.O. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. **World Development**, v.26, p.1-19, 1998.

NETO, A. S. **História dos Municípios do Rio Grande do Norte – Vol. III.** 2007.

NORONHA, V. **Pensando sobre políticas públicas de lazer para juventudes em contextos de vulnerabilidade social: contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves.** 1 ed. Belo Horizonte.2010. 176p.

PESSOTO, U.C.; RIBEIRO, E.A.W.; GUIMARÃES, R.B. O papel do Estado nas políticas públicas de saúde: um panorama sobre o debate do conceito de Estado e o caso brasileiro. **Saúde e Sociedade**, v. 24, p. 9-22, 2015.

PORTAL GOVERNO DO RN, – Disponível em: <<http://www.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=12083&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Conhe%E7a+o+RN>>. Acesso em 05 Abr. 2018.

PREFEITURA DE APODI. Disponível em: <<https://apodi.rn.gov.br/>>. Acesso em: 08 de jun. 2018.

PREFEITURA DE AREIA BRANCA. Disponível em: <<http://areiabranca.rn.gov.br/>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

PREFEITURA DE ASSÚ. Disponível em: <<https://assu.rn.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PREFEITURA DE BARAÚNA. Disponível em: <<http://barauna.rn.gov.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

PREFEITURA DE FELIPE GUERRA. Disponível em: <<https://www.felipeguerra.rn.gov.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

PREFEITURA DE ITAJÁ. Disponível em: <<http://itaja.rn.gov.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

PREFEITURA DE MOSSORÓ. Disponível em: <<https://www.prefeiturademossoro.com.br/>>. Acesso em: 05 Abr. 2018.

PREFEITURA DE PAU DOS FERROS. Disponível em: <<https://paudosferros.rn.gov.br/>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

PREFEITURA DE PORTALEGRE. Disponível em: <<http://www.portalegre.rn.gov.br/>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

PREFEITURA DE SERRA DO MEL. Disponível em: <<http://serradomel.rn.gov.br/>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

PREFEITURA DE TENENTE ANANIAS. Disponível em: <<http://tenenteananias.rn.gov.br/>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

REGIMENTO INTERNO IPEA – Portaria 207, de 05 de junho de 2017.

SANTOS, C.D. A cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte: processo de formação e produção do espaço urbano: Brief considerations about the process of formation and production of its urban space. **Mercator**, Fortaleza, v. 8, p. 97 a 108, 2010.

SANTOS, E.S.; LEIRO, A.C.R. Políticas públicas de esporte e lazer. – Petrolina, PE : UNIVASF, 2015.

SANTOS, P.P. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte:(século XVI ao XX), 500 anos de história do RN. 3.** ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2010. 583 p.

SECCHI, L. **POLÍTICAS PÚBLICAS:** Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 133 p.

SILVA, F.G. **Políticas de esporte e lazer no semiárido potiguar.** 2017. 88 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Acadêmico em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros, 2017.

SOUZA, A.O.; SOUZA, F.M.; FIDELIS, M. A utilização do esporte como ferramenta de intervenção educativa em condições de vulnerabilidade social. **Efdeportes Revista Digital**, Buenos Aires, v. 1, p.1-1, 2009.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. v.8, p. 20-45, 2006.

STAREPRAVO, F.A. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil:** aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em Educação física) - Universidade Federal do Paraná, 2011.

STAREPRAVO, F.A. Políticas públicas para o esporte e lazer: conselhos municipais de esporte e lazer e outras formas de participação direta. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. **Anais..** 2007.

STIGGER, M.P. Políticas sociais em Lazer, Esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta. **Motrivivência**, Florianópolis. 83-98, 1998.

SUASSUNA, D. M. F. A. O programa esporte e lazer da cidade: a política de formação para o trabalho e o papel dos agentes sociais. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 16.; congresso internacional de ciências do esporte, 3., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador, 2009.

VERGARA, S.C. Tipos de Pesquisa em Administração. **Cadernos Ebap**, Rio de Janeiro, v. 52, p.1-9, 1990.